

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2019

Aos 27 dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove pelas nove horas e trinta e cinco minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 4ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, José Fraga Ferreira Machado, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Rui Manuel Pacheco Lopes, Salvador da Rocha Lopes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Agostinho Guilherme Aguiar Pires, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Filipe Jorge da Silva Almeida, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Rómulo de Ficher Correia, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Marcos Duarte Machado do Couto, Paulo Alexandre Silva Lima.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 14 de junho de 2019 foi aprovada por maioria com 2 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar.

- **Uma carta enviada pelo doutor Dionísio Sousa a agradecer a medalha de mérito cultural que lhe foi atribuída pela Câmara Municipal.**
- **Da Câmara Municipal, o relatório da vistoria interna das contas dos Serviços Municipalizados.**

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Munícipe João Reis B. Pires – Muito bom dia. O que me traz aqui hoje são os espaços devidamente autorizados destinados ao estacionamento de pessoas com dificuldades motoras que são indevidamente ocupados de forma frequente.

No dia 18 de outubro do ano passado enviei uma carta a esta Câmara Municipal alertando para determinadas situações mas ainda não tive o gosto de a ver respondida e lembro que está a fazer praticamente um ano.

Esta ocupação é feita por viaturas de automobilistas em geral e também por viaturas oficiais incluindo algumas da Câmara Municipal e chamo a atenção para essa situação. Estes espaços são frequentemente eliminados e/ou utilizados por obras ou intervenções de vários tipos sem que sejam acautelados outros espaços idênticos para a sua utilização mesmo que de forma temporária. Os espaços deveriam ser mais amplos para permitirem um estacionamento mais fácil e uma abertura total das portas das viaturas, facilitando também a colocação de uma cadeira de rodas.

O acesso dos cidadãos com dificuldades motoras ao centro da urbe ou a qualquer outro local, como as farmácias por exemplo, fica fracamente restringido quando se fecha o trânsito esquecendo-se de deixar um corredor que possa ser utilizado por esses cidadãos.

Ao ocupar-se os locais de estacionamento para pessoas com dificuldades motoras, com tascas e *roulottes* durante os eventos, cria-se uma dificuldade de circulação na urbe o que é deveras impeditivo do direito da sua participação nos mesmos. Lembro as Sanjoaninas e outros eventos que se fazem na cidade que implicam o fecho do trânsito, deixando de fora qualquer corredor para esses cidadãos poderem circular. O fecho do trânsito para eventos recreativos impede a liberdade dos indivíduos com dificuldades motoras que ficam assim impossibilitados de se deslocarem de e para a urbe, ficando prisioneiros dessa situação enquanto esses eventos decorrem. Solicito mais sensibilização para estas situações que devem ser acauteladas nas reuniões com as várias entidades no planeamento dos eventos.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia senhor presidente e Exmos. membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhoras e senhores deputados municipais. Começo por saudar a participação do público porque pretendemos que as nossas sessões da Assembleia Municipal sejam abertas e participativas e não se resumam apenas à nossa ação como eleitos e representantes da população porque é importante que os munícipes possam cá vir para exporem os seus problemas e angústias de forma direta e presencial.

O assunto exposto pelo senhor João Pires tem sido debatido aqui com alguma frequência e tem a ver com a falta de policiamento que se verifica no centro histórico de Angra e também nas freguesias rurais onde existem problemas relacionados com o narcotráfico entre outros. Temos discutido o caso específico do trânsito, e justiça seja feita ao deputado municipal João Santos

que nos tem apresentado casos pontuais ou mais generalistas relacionados com a falta de civismo por parte das pessoas e a ausência de ação fiscalizadora por parte da polícia.

Continuamos sem saber o que se passa no Conselho Municipal de Segurança e gostaríamos que o senhor presidente da Câmara nos prestasse algumas informações, lembrando que temos perguntado em todas as sessões desta Assembleia por um relatoriozinho das preocupações debatidas nas reuniões do Conselho. Senhor presidente da Câmara, como principal responsável por aquilo que acontece no município, diga-nos lá que diligências tem conseguido levar a cabo junto da Polícia de Segurança Pública para que as coisas melhorem.

Agradeço mais uma vez ao munícipe João Pires que nos veio expor este problema porque as questões relacionadas com os cidadãos com mobilidade reduzida são cada vez mais importantes e devem ser atendidas ainda com mais cuidado numa cidade património mundial como a nossa.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia. Embora não me caiba fazer esse relatório, faço-o com gosto, lembrando que o Conselho Municipal de Segurança reuniu aqui nesta sala há dois dias e esta Assembleia está nele representada com membros eleitos que, em primeira mão, devem dizer aqui o que entenderem a respeito do que se passou nessa reunião. Contudo, as questões que dizem respeito ao trânsito e ao estacionamento costumam ser sempre abordadas, o que aconteceu apenas na parte final da reunião, tendo lá sido debatidos assuntos mais gravosos no que respeita à segurança das pessoas. Isto vai desembocar sempre nas mesmas questões e uma, se calhar a mais gravosa, prende-se com a falta de civismo. É que não se trata apenas dos lugares reservados a pessoas com mobilidade reduzida; todo o lugar onde houver um espacinho serve de estacionamento, desde os passeios às passadeiras, sem que seja dada qualquer atenção às pessoas.

A maior parte dos problemas de trânsito que aqui temos prende-se com o estacionamento ilegítimo. Enquanto decorrer esta sessão da Assembleia, decerto ouviremos os apitos ali à frente porque alguém parou no local reservado ao autocarro que acabará por ficar atravessado na rua sem conseguir dar a volta, uma ocorrência que é quase diária. Quando isso acontece, o presidente da Câmara ou um dos vereadores telefona para a polícia e dez minutos depois lá aparece um agente mas quando cá chega já a situação se resolveu e fica a infração sem punição.

O problema é a falta de policiamento de proximidade permanente no centro da cidade e a polícia normalmente passa de viatura perante infrações flagrantes. Todos já assistimos aos carros parados diante da farmácia na Rua da Sé em que, por vezes o carro da polícia é um dos que faz parte do engarrafamento, e nada acontece.

Nesta altura temos cerca de 6% do estacionamento da cidade reservado. O senhor João Pires tem razão a respeito da dificuldade de abrir portas nalguns casos mas isso também resulta da própria estrutura da cidade porque temos zonas em que os passeios são muito estreitos e não é fácil encontrar estacionamentos adequados. Quando se localizam estacionamentos, normalmente é tido em conta o local de residência de alguém com esse problema que despoleta o assunto e tenta-se reservar o dito espaço o mais próximo possível da residência, embora o mesmo não seja destinado exclusivamente àquela pessoa.

Sempre que possível, tentamos colocar os estacionamentos em zonas que sirvam os casos conhecidos em que há necessidade. A acessibilidade pelos passeios é manifestamente difícil já que, na maior parte dos casos, os existentes em todo este setor da cidade da Rua da Sé para baixo não chegam a ter um metro de largura e torna-se manifestamente difícil circular ali com uma cadeira de rodas. A tudo isso junta-se o problema da irregularidade dos pavimentos que faz com que as viaturas por vezes fiquem estacionadas com uma inclinação tal que dificulta manifestamente a utilização.

Todas as vezes que se procede ao encerramento do trânsito é sempre dito à polícia que deixe passar quem tiver uma particular necessidade. Poderemos voltar a reforçar esta instrução na coordenação que é feita com a polícia para que deixem passar as viaturas em casos de comprovada necessidade e não apenas no que respeita a pessoas com mobilidade reduzida.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados municipais. As preocupações com o concelho de Angra são muitas e partilhadas por todos nós mas o centro histórico da cidade constitui um motivo de preocupação ainda maior devido ao desenvolvimento do turismo porque a quantidade de pessoas que nos visitam é cada vez maior, possuem um grau de exigência relativamente elevado e sabem apreciar o que cá temos de melhor.

Como podemos constatar pelos documentos da atividade municipal, a nossa Câmara Municipal procura dinamizar e vitalizar a nossa cidade, o que se consegue com uma revitalização social e económica do centro histórico. Há uma série de moradias na zona classificada que eram unifamiliares e têm alterado a sua tipologia ao serem divididas em vários apartamentos o que possibilita a estadia temporária e também a permanência prolongada de famílias e de muitos jovens que se têm deslocado para o centro histórico da cidade.

Há situações que carecem de aperfeiçoamento e merecem a nossa permanente preocupação como, por exemplo, o nosso mercado municipal, uma infraestrutura importante na dinamização do centro histórico e um assunto que tem vindo a ser debatido de há uns anos a esta parte. Na minha opinião, em boa hora foram alteradas algumas opções e voltou-se à situação inicial do mercado na sua localização atual. Pelo que vamos constatando em outros locais, sabemos que estes mercados, além do abastecimento da população local, têm muita importância para os turistas que nos visitam, são pontos de convívio e bem-estar e passam a pontos de interesse turístico e de desenvolvimento económico.

Pelo que me apercebo, o nosso mercado municipal continua um pouco em ponto-morto e tem a ele associado o parque de estacionamento dentro da zona histórica de Angra que possibilitará melhores condições de estadia a quem cá vive e um maior conforto aos visitantes. Como o senhor presidente da Câmara decerto saberá, isto tem uma importância extraordinária para o negócio porque atrai um maior número de consumidores ao centro, compensando de alguma maneira a circulação pela zona envolvente de Angra e o consumo nas grandes superfícies situadas nas extremidades da nossa cidade.

Gostaria de obter algumas explicações da parte do senhor presidente da Câmara a respeito do que se passa relativamente ao nosso mercado e ao estacionamento e se nos pode dar alguma previsão, mesmo que aproximada, de quanto tempo mais teremos que esperar para que estas duas estruturas entrem em funcionamento e sirvam melhor a população de Angra.

Uma outra questão que foi recentemente anunciada tem a ver com a isenção de IMI para os prédios que se situam no centro histórico. A meu ver, não se trata de uma medida verdadeiramente excecional porque as pessoas não terão um benefício assim tão acentuado com esta dispensa de pagamento do imposto municipal mas acabará por compensar de alguma forma quem possui os seus imóveis situados no centro histórico porque tem algumas despesas adicionais para os manter.

Gostaria de conhecer o impacto do desaparecimento desta verba no orçamento camarário e de que forma a Câmara fará repercutir esta falta e qual o setor que mais será afetado com a falta desse dinheiro. Ouvi noticiar que o Governo estaria na disposição de compensar as autarquias que se vissem privadas destas verbas no sentido de reequilibrarem o seu plano de investimentos através do orçamento regional ou do Estado, não estou bem certo. Gostaria de saber se esta situação se coloca em relação à nossa Câmara, se existe alguma abordagem feita no sentido de a compensar pela falta destas verbas e, em caso afirmativo, de que modo isto se vai processar.

Uma última questão tem a ver com duas ruas da nossa cidade de circulação pedestre, a Rua da Palha e a Rua da Esperança, que foi fechada ao trânsito com a aprovação de todos os munícipes e utilizadores e nunca teve uma dinâmica interessante; sempre foi uma rua com algumas dificuldades em termos de ocupação ao contrário da Rua da Palha que foi encerrada com o protesto de alguns dos seus utilizadores, sempre apresentou uma dinâmica diferente, e hoje é um local propício ao comércio. Há ali duas esplanadas que são muito frequentadas, incluindo por mim, têm muita procura e um papel importante na dinamização do nosso centro urbano. Sei que os proprietários fazem o melhor que podem mas o mobiliário urbano que ali se encontra não transmite a melhor imagem da nossa cidade, parecendo uma coisa improvisada e pouco cuidada. Pergunto ao senhor presidente da Câmara se, através da colaboração dos serviços técnicos da Câmara, não seria possível melhorar aquele mobiliário e dar àquela rua uma imagem mais agradável.

Sr. presidente da Câmara – Posso informar que o projeto do novo mercado municipal e do parque de estacionamento já está concluído, tem 200 lugares em garagem coberta, um mercado com uma dimensão ligeiramente superior à atual e uma configuração bastante diversa.

A Câmara deliberou há algum tempo, deixar de conceder novos espaços no atual mercado porque o mesmo terá que funcionar num espaço improvisado durante cerca de dois anos, o que é manifestamente difícil, razão pela qual não foram concedidas novas bancas nestes últimos seis meses. Está-se a planear a sua instalação no parque da Queimada que fica um pouco mais acima e é muito pequeno e um outro problema prende-se com direitos adquiridos, ou seja, teremos que reinstalar quem lá colocamos quando o novo mercado abrir.

Temos um restaurante que funciona naquele espaço e até agora ainda não foi possível encontrar uma solução viável para a sua instalação provisória durante o período de construção do novo mercado onde haverá também espaço para restauração. O restaurante poderá reinstalar-se no novo espaço mas teremos que encontrar uma solução para o seu funcionamento, durante pelo menos dois anos, o período de construção do novo mercado.

Finalmente temos um outro problema relacionado com o financiamento porque o atual quadro comunitário não é como anteriormente e funciona por avisos, ou seja, o Governo decide quando abre períodos de candidatura para determinadas ações e o aviso correspondente ao novo mercado nunca foi aberto. Estive recentemente reunido com o diretor regional responsável por essa área e a conclusão que cheguei é que não vão abrir o aviso porque já não há as verbas necessárias e o novo mercado custa entre os seis e os sete milhões de euros dependendo depois do próprio processo de contratação. Tudo isto levanta algumas questões financeiras importantes e creio que dificilmente se encaixará neste quadro comunitário.

Como ainda temos algum folgo financeiro, tencionamos lançar a empreitada nos próximos meses quando acabarmos estas obras maiores, um assunto que foi já discutido com todos os vereadores. É um risco que temos que correr porque, mesmo que a lancemos agora, a empreitada não estará pronta em janeiro de 2021. Se não houver a possibilidade de a fazer entrar neste quadro, pode transitar. Estamos a calcular o tempo para que a empreitada fique na ponta entre os dois quadros comunitários e temos que esperar mais alguns meses para o calendário acertar. Está tudo pronto, estão tomadas todas as decisões políticas e técnicas e trata-se apenas de uma questão de *timing* que tem a ver com a componente financeira para evitarmos embaraços futuros para a autarquia.

No que toca à isenção do IMI no centro histórico, a minha expectativa é que o Estado não participe em nada porque somos a única Câmara que temos este problema em grande. As outras autarquias abrangidas por esta decisão judicial possuem zonas de pequena dimensão de um ou dois quarteirões que representam apenas 1 ou 2% do IMI cobrado no concelho que não tem uma importância significativa, razão pela qual, diria que estamos bastante sozinhos neste processo. A decisão judicial aconteceu depois de a Assembleia da República ter suspenso os

trabalhos para o início do processo eleitoral e vamos aguardar o desfecho das eleições do próximo dia 6 de outubro para voltarmos ao diálogo e tentarmos encontrar uma solução.

O valor variará entre os 400 mil e 1,2 milhões de euros de acordo com um conjunto de critérios que ainda não foram definidos pela autoridade tributária. Temos que aguardar por um novo ministério das finanças em funcionamento para que estas questões sejam devidamente resolvidas. Cabe a esta Assembleia decidir onde cortar financeiramente, uma questão que veremos na próxima sessão quando aprovarmos o orçamento.

Respondendo à sua questão referente às duas ruas, a Rua da Esperança tem um imóvel do lado do mar que esteve embargado durante cerca de 20 anos mas já se encontra desembargado e o seu proprietário está a desenvolver os procedimentos necessários para dar conclusão à obra. Há um outro imóvel de grande dimensão que está lá fechado mas já foi concedido o licenciamento para a obra, da parte da Câmara o assunto está resolvido e o seu proprietário estará provavelmente à procura de empreiteiro. Existe um terceiro imóvel também de grande dimensão que está à venda e sobre o qual não sei o que se passará. Se estes imóveis voltarem a entrar em funcionamento, a Rua da Palha voltará a ganhar a dinâmica que perdeu porque o problema tem essencialmente a ver com a falta de dinamismo na gestão dos imóveis que ocupam uma grande extensão da rua.

Quanto à qualidade dos mobiliários, diria que o problema é geral. Há boas esplanadas aqui e ali mas a maior parte tem material de má qualidade que é cedido pelas cervejeiras ou por outras empresas e existe aquela espécie de caixas no meio dos carros parados que é um bocadinho deprimente. São licenciadas na rua mas não temos outra hipótese porque o passeio tem que funcionar. A Câmara tem um grande prazer em licenciar assim mas se o senhor deputado tiver uma alternativa viável, faça o favor de a apresentar que a adotaremos imediatamente. Não se apertou muito a respeito desta matéria porque o último regulamento foi criado em plena crise económica, as dificuldades eram muitas e o grande risco era que as esplanadas fechassem. Agora que a economia aparenta melhorar, se calhar, está na altura de revisitarmos esse dossiê.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros membros da Assembleia Municipal. Gostaria de abordar alguns assuntos já aqui discutidos e até votados, mas acho que devemos voltar a pronunciar-nos sobre eles visto serem reincidentes como o caso da colocação de cinzeiros na Rua Francisco Ornelas após a obra de repavimentação. Devido ao fluxo de turistas e de quem se desloca para as duas unidades hoteleiras continua a verificar-se ali algum depósito de lixo por não haver recipientes adequados. Como sabem, aquela rua serve o hotel, áreas residenciais, alguns serviços de restauração e é utilizada também por quem trabalha na escola Jerónimo Emiliano de Andrade e nas redondezas. Lembro à Câmara que este assunto deve ser repescado visto que não foi devidamente acautelado como fomos informados há cerca de um ano.

Trago mais uma vez à baila o assunto da rotunda junto ao Hotel do Caracol, já aqui discutido por diversas vezes. Tenho comigo um registo fotográfico que mostra quatro autocarros de serviço e nenhum deles consegue estacionar em frente ao hotel que continua a usar aquele espaço para seu uso privado, quando deveria destinar-se apenas a cargas e descargas, e aquela rotunda não tem espaço suficiente para estas manobras.

Aprovámos aqui uma medida que foi enviada às respetivas secretarias com a tutela do turismo e dos transportes e obras públicas mas o problema persiste. Não sei se as secretarias envolvidas têm desenvolvido algum esforço no sentido de resolverem a situação ou se a unidade hoteleira tem ignorado alguma pressão que lhe tenha sido feita.

Acho que todos sairiam beneficiados com a resolução deste problema. Aquela unidade hoteleira poderia garantir melhores condições de segurança aos seus turistas, o trânsito teria

outra fluidez à entrada da cidade, haveria um incentivo ao uso dos transportes coletivos e daríamos uma melhor imagem aos turistas que nos visitam. Embora não se trate de um assunto da nossa competência, devemos chamar a atenção para este problema que afeta os residentes do concelho e quem nos visita.

Gostaria de trazer aqui um outro assunto relacionado com a abertura da nova avenida em S. Carlos. A Canada dos Cinco Reis tem agora um percurso de trânsito no sentido descendente e aquele cruzamento é muito perigoso para quem pretende virar à esquerda porque não tem visibilidade para a direita e os condutores têm que se deslocar até ao meio da via para se aperceberem do trânsito que poderá vir da Canada do Selis. Este cruzamento é especialmente complicado porque até as viaturas maiores são difíceis de ver e falo por experiência própria porque utilizo este circuito diariamente. Percebo que esta não seja a solução definitiva para aqueles percursos e seria bom que a Câmara a apresentasse à comissão de trânsito para discussão e análise.

Aquela nova avenida está bem feita do ponto de vista da circulação, tem passeios, está próxima da zona residencial de S. Carlos e apresenta outras condições de segurança em relação ao Caminho do Meio mas ainda não está iluminada. Como estamos a caminhar para o inverno, o dia escurece a partir das 5 horas da tarde quando os miúdos saem da escola e a via ficaria muito mais segura com iluminação adequada. Esta estrada, após vinte anos, ficou finalmente concluída mas esperemos que não se passem outros tantos para que sejam lá colocadas umas lâmpadas que iluminem aquele percurso.

Sr. presidente da Câmara – Tinha aqui a informação de que os cinzeiros tinham lá sido colocados mas vamos verificar o que terá acontecido. A lei sobre esta matéria foi alterada, temos a obrigação de densificar a rede no resto da cidade e os Serviços Municipalizados estão a desenvolver os procedimentos necessários para a aquisição de uma nova batelada de cinzeiros. Como não sou fumador, os meus conhecimentos técnicos a respeito de cinzeiros são limitados mas vamos tentar saber o que se passa.

No que respeita à avenida, vamos ver se estão lá colocados ou não e posso informar que a Câmara oficiou a respeito da entidade gestora da via junto ao Hotel do Caracol e nada aconteceu. Também sou utente diário daquele espaço, daria de facto muito jeito que aquilo se resolvesse de outra maneira e vamos voltar a lembrar.

A competência para determinar os sentidos do trânsito na Canada dos Cinco Reis é do município. A Comissão Municipal de Trânsito é consultiva, dá o seu conselho e o município decidiu experimentar assim devido a uma questão que levantou sérias dúvidas a respeito do sentido do trânsito no troço superior da Canada Nova porque, se uma via ficar a descer, a outra terá que subir ou vice-versa. Havendo esse problema, a possibilidade é virar ao contrário invertendo a circulação daquelas duas vias que estão ainda num regime experimental e o futuro o ditará.

Quanto à iluminação, segundo informação de última hora, estão lá montados os negativos, ou seja, os tubos metidos por debaixo da rua, faltando apenas os postes.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Trago aqui uma questão prévia e depois apresentarei três questões mais uma. Citando o presidente do conselho de administração da SATA, são: *“Tree tings plus one.”*

O senhor presidente da Câmara sugeriu-nos uma melhor alternativa àquelas caixas de madeira de apoio às esplanadas; pois, a nossa alternativa consta do acordo que levou à votação favorável do orçamento e implica um reforço do número de lugares de estacionamento na cidade, alguns já em andamento segundo o senhor presidente da Câmara...

Sr. presidente da Câmara – Já se fizeram alguns. Já entraram 260 novos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Se houver menor pressão de estacionamento nas ruas do centro histórico de Angra poderemos ter outro tipo de esplanadas que não sejam encaixotadas no meio dos carros. É importante que as questões do trânsito sejam atendidas juntamente com as do estacionamento e não se faça o que o senhor presidente da Câmara acabou de sublinhar até porque a Câmara de Angra pagou a um arquiteto da nossa comunidade um estudo de trânsito que, pelos vistos, serve para se ir fazendo experiências com os sentidos do trânsito para ver no que dá. O antigo e o atual estudo de trânsito foram pela janela porque se vai mudando os sentidos das ruas e fazendo experiências para ver como funciona.

Passando ao relacionamento da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo com as outras entidades públicas, desde logo, o Governo Regional dos Açores, a Câmara da Praia da Vitória e o Governo da República, trago aqui três preocupações extra agenda que estão a condicionar grandemente o desenvolvimento da nossa ilha e do concelho de Angra em particular e têm a ver com o que o grupo municipal do PSD tem denunciado sucessivamente que é o bloqueio a que esta terra parece estar sujeita. Volto a insistir na questão do turismo e das acessibilidades porque parece impossível que não se consiga uma alternativa ou uma solução que resolva o problema da Tour Operação com Madrid, denotando-se uma enorme falta de vontade. Não se repõe a ligação nem se procura uma substituta e também não se consegue repor a ligação com a Alemanha que caiu com a falência da Air Berlin. Continuam a ser possíveis novas ligações aéreas para o outro aeroporto da região com a rota aérea liberalizada e as entidades públicas desta terra falham na resolução de um problema para a ilha Terceira que tem o Governo Regional à cabeça.

Vou dar outro exemplo relacionado com as acessibilidades e não me refiro ao cais de cruzeiros. Vou falar outra vez - imagine-se - da rampa *ro-ro* do Porto das Pipas que está sempre em curso com tudo a decorrer muito bem mas a gente vai lá abaixo e não vê nada. Este ano tive a oportunidade de me deslocar a S. Jorge por duas vezes por motivos pessoais e profissionais no âmbito das funções na Assembleia Regional e constatei que, na Calheta, foi construída a rampa *ro-ro* e o porto está pronto em ótimas condições mas está morto porque falta a outra metade daquela obra aqui na Terceira. Imagine-se aquela ilha onde não se faz nada no que diz respeito a transportes e acessibilidades!

Peço ao senhor presidente da Câmara que nos faça de novo o ponto da situação e pergunto-lhe como estão as suas relações com o Governo Regional porque me parece que as reivindicações desta Câmara, que é da mesma cor política, vão demorando e caindo e nada acontece.

A minha segunda preocupação entronca com a primeira que é saber em que medida existem convergências e sinergias com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, tendo em conta que partilhamos muitas destas preocupações. Não se ouve aquela autarquia agitar nenhuma bandeira de preocupação com estas coisas e talvez conviesse que, de vez em quando, se aborrecessem uns com os outros dentro do Partido Socialista.

Está aqui o homem que brigava com o presidente do Governo Regional dos Açores para que se fizesse alguma coisa aqui na terra - fosse com melhores ou piores resultados - quando o PSD governava na Câmara de Angra e na região. O seu a seu dono e justiça seja feita a quem fez esse trabalho que está sentado aqui à minha direita; a si, não lhe peço menos, senhor presidente da Câmara.

Cada vez estou mais preocupado com a utilidade do Conselho de Ilha da Terceira que me parece estar morto e não serve para nada. Tivemos um documento aprovado por unanimidade que serviu para ser entregue ao Governo Regional com um conjunto de preocupações que uniam a ilha, os terceirenses e todas as suas forças políticas e tivemos uma reunião com o GR que subalternizou por completo o Conselho de Ilha, pegou nas nossas propostas e transformou-as em questões perfeitamente menores mas não o são; são assuntos importantíssimos para a

nossa terra que nos levaram a posições unânimes nesta Assembleia e no Conselho de Ilha que mereceriam outro tipo de atendimento.

Na última reunião, foi o próprio Conselho de Ilha que cometeu o último dos pecados levando ao seu próprio suicídio porque acabámos a reunião sem quórum e incapazes de deliberar o que quer que fosse. Uns membros do Conselho não puseram lá os pés, outros foram saindo à medida que a reunião decorria e tivemos um dos membros, representante de uma instituição importante, a dizer que preferia que as suas declarações não fossem filmadas nem gravadas. Ou seja, temos representantes de instituições que estão espartilhados e com medo que o público que representam, saiba o que dizem no Conselho de Ilha. Se é para isso, então não serve para nada e mais vale extinguir. Ficamos com as assembleias municipais, que são o que são, mas ao menos resultam de um sufrágio universal e da eleição direta dos seus membros por parte da população.

Temos conselhos de ilha que servem para entreter e isto é muito sério. É muito grave e preocupante o que está a acontecer ao tratamento das questões da ilha Terceira que mereceram a unidade e a convergência de posições de todos nós.

Para concluir, o meu assunto “*plus one*” é o IMI. Senhor presidente da Câmara, percebo a sua preocupação quanto ao impacto relativo da perda de receita do IMI no orçamento de Angra quando comparado ao de outras autarquias com centros históricos classificados mas tenho dúvidas quanto à veracidade daquilo que diz a respeito de outros concelhos. Não me parece que os impactos orçamentais em cidades como Sintra ou Évora não sejam significativos e a dimensão da zona histórica classificada do Porto pode não ter um grande impacto percentual mas o impacto orçamental será acentuado porque o valor daqueles imóveis implica uma enorme contribuição para o orçamento e estamos a falar de muito dinheiro. Não acredito que as outras câmaras municipais não estejam preocupadas com os valores; convém é que o senhor presidente da Câmara de Angra se empenhe em ir falar com eles porque, juntos, talvez tenham mais força.

Há aqui uma questão incontornável. O cidadão do concelho de Angra do Heroísmo que paga IMI e é proprietário de um imóvel na zona classificada, tem direitos e tem que ser beneficiado pela lei, deixando de pagar e recebendo os retroativos do que pagou quando não o deveria ter feito. Também acho que não se deve exercer nenhum peso adicional em termos de impostos sobre os restantes munícipes porque isso seria outra injustiça. Acho sim, que as câmaras municipais devem encontrar soluções junto do Estado, que ainda é governado pelo Partido Socialista e, segundo as sondagens, é provável que continue a ser. As sondagens valem o que valem mas temos uma noção das tendências. Convém que, mais uma vez, os vários poderes socialistas que nos governam, se possam entender para algo mais que cobrar impostos às pessoas.

Sr. presidente da Câmara – As questões do relacionamento entre instituições são públicas e claras e não temos nenhum particular problema. O bom relacionamento e a colaboração com a Câmara Municipal da Praia da Vitória é fundamental para o desenvolvimento desta ilha, uma matéria que me é extremamente cara e as coisas têm corrido manifestamente bem.

Estou de acordo com o senhor deputado Luís Rendeiro e considero também que as últimas sessões do Conselho de Ilha foram manifestamente insatisfatórias. Não quero utilizar o mesmo tom derrotista que o senhor deputado mas a verdade é que o Conselho de Ilha está claramente a precisar de mais energia e de um plano de revitalização, um desafio que se coloca a todos.

Quanto ao Porto das Pipas, embora com um atraso de um mês e uma semana, a empreitada foi colocada a concurso conforme tinha sido prometido e está a decorrer o prazo para entrega das propostas dos potenciais empreiteiros que serão abertas a meio de outubro. Tinha sido prometido para agosto mas aconteceu em setembro.

Desde que entrei neste assunto não se falharam grandes prazos e gosto de assumir responsabilidades quando as tenho. Se não se lançou o concurso do porto há dois anos foi porque eu e os restantes membros da Câmara não concordámos com o projeto e foi preciso elaborar um outro, o que explica o atraso. Mais vale um atraso do que uma obra que não serve os interesses da cidade, do concelho e da ilha; foi o que aconteceu e assumo a responsabilidade. Chegou-se a um entendimento e o projeto foi posto a concurso, agora esperemos que decorram os prazos necessários e depois julgaremos o processo.

Há outras questões associadas a esta que precisam de ser resolvidas, uma delas tem a ver com a Praia da Vitória porque é preciso saber o que se pretende em relação a cruzeiros, onde, quando e como, uma matéria muito importante para a ilha que também me tem suscitado algumas angústias e espero que se resolva rapidamente. No que respeita a esta obra, não posso assacar responsabilidades a mais ninguém a não ser a mim e tem-se feito o mais adequado para que se tenha um porto com as condições necessárias.

A questão do turismo e das acessibilidades muito nos tem preocupado. Os números referentes ao tráfego no nosso aeroporto e às dormidas, são públicos e as coisas não correram bem. Pela minha parte já fiz chegar a preocupação a quem devia e espero que rapidamente se transforme em ação.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Nos locais, já por si condicionados, é difícil haver espaços de estacionamento um pouco mais amplos mas, ao construir-se novos locais e apesar da vontade de se encaixar mais carros, devem aumentar-se um pouco mais as distâncias entre os retângulos de estacionamento para permitir os movimentos a quem necessite de transportar uma cadeira de bebé ou a abertura das portas de viaturas um pouco maiores; a minha até tem portas de correr para facilitar. Ninguém gosta de abrir a porta do seu carro e embater no que está estacionado ao lado ou ter dificuldades em circular entre as viaturas estacionadas nos dias de chuva com o guarda-chuva aberto.

Como referiu o senhor João Pires na sua intervenção, este não é um assunto de somenos importância e gostaria que isto fosse tido em conta na construção do parque de estacionamento quando arrancar a obra do mercado municipal porque a mobilidade das pessoas não se faz necessariamente com carros mais pequenos e é preciso pensar também nas viaturas maiores com maior número de passageiros.

Sr. presidente da Câmara – Os lugares para estacionamento têm uma sobre largura devidamente regulamentada; não é uma questão que fique sequer ao critério do projetista e os novos estacionamentos terão necessariamente isso em conta. Volto a frisar que a situação mais difícil verifica-se nas ruas com passeios que, nalguns casos são mais estreitos do que esta mesa, mas aí as coisas são o que são.

Sra. d. m. Marília Vargas – Muito bom dia senhor presidente e elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Não poderia deixar de intervir para responder ao senhor deputado Luís Rendeiro porque tive também um papel bastante ativo nessa nossa pronúncia relativamente aos transportes que foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia o ano passado.

Penso que o senhor deputado Luís Rendeiro tem uma visão um pouco dramática do que aconteceu porque, na minha opinião, o Governo Regional tem executado grande parte das nossas reivindicações. A Linha Lilás foi retomada, o terminal de cargas está a ser construído no aeroporto das Lajes, a ligação aérea da SATA Air Açores Terceira/Porto foi retomada e já foi aberto concurso público para a empreitada da rampa *ro-ro*. Não seja tão dramático porque podemos até estar satisfeitos com a resposta que tem sido dada por parte do Governo Regional.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de junho a 1 de setembro, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Como é habitual, começo por informar que o período desde a sessão anterior da Assembleia Municipal decorreu com toda a normalidade. Começando pelas questões que dizem respeito ao pessoal, houve uma variação em relação ao que aconteceu o ano passado em que tivemos uma única pessoa a sair e nestes últimos meses saíram nove pessoas por aposentação, o que resultou de uma decisão da Caixa Geral de Aposentações que resolveu dar provimento àqueles casos de pessoas que estavam com baixas prolongadas ou em situações de incapacidade há muito tempo. Saíram algumas pessoas por aposentação normal mas, na maioria dos casos, a saída teve a ver com questões de saúde. A maior parte destas pessoas não desempenhava a sua atividade normal ao serviço da autarquia por isso esta saída não teve nenhum impacto significativo sobre o funcionamento dos serviços municipais. Neste período entraram três pessoas conforme o que foi autorizado por esta Assembleia: um arquiteto e dois funcionários para a recolha do lixo.

No que respeita à execução financeira, as coisas seguem com toda a normalidade, a situação financeira do município mantém-se estável e não temos nenhuma particular preocupação conforme os balancetes que têm na vossa posse. Como sabem, tínhamos um passivo muito grande no que respeita à cobrança de dívidas em relação às rendas sociais mas foram dados alguns passos positivos nessa matéria e a generalização que foi feita da execução fiscal em relação aos devedores tem produzido bons resultados.

Ainda em relação a esta matéria dos bairros sociais, chegámos à conclusão que, do ponto de vista financeiro, não seria uma boa ideia vendermos já as casas porque toda a receita arrecadada não pertence ao município e terá que ser integralmente transferida para o Governo Regional, ou seja, pagaríamos a dívida sem quaisquer vantagens, razão pela qual se chegou à conclusão que seria melhor adiar por mais algum tempo a venda dos imóveis. Daria muito jeito vender e muitas famílias estão interessadas em adquirir mas o impacto financeiro sobre o município não é o melhor, razão pela qual esta matéria não teve desenvolvimento neste trimestre.

As restantes atividades municipais também decorreram com normalidade. A obra do Centro Interpretativo está a entrar na fase de conclusão mas ainda não foi aprovado o seu financiamento. Está dependente de um acordo que terá que ser celebrado no âmbito da Associação de Municípios onde esta questão tarda em resolver-se e começo a ficar seriamente preocupado porque a obra está a chegar ao fim e esperemos que tudo isto tenha o seu desfecho neste mês.

A requalificação do Fanal também segue com toda a normalidade e está a aproximar-se do fim sem qualquer questão particular e tudo indica que teremos um bom resultado sem nada a assinalar na obra da Miragaia. Temos tido alguns problemas nas pequenas obras de arranjo de paredes que ficaram descompostas com as cheias de junho mas a boa notícia é que não deve haver muita gente desempregada porque está a ser difícil conseguir quem queira fazer estas pequenas coisas, o que implica algumas demoras em relação ao que gostaríamos, algo que tem afetado a Câmara e as juntas de freguesia envolvidas neste processo. Esperemos que a situação mude porque a tradição é que, no período de verão, os particulares contratam mais estas pessoas para os seus arranjos mas essas atividades diminuem quando chegarmos a outubro e novembro e haverá maior disponibilidade.

Houve outras situações em que as coisas não correram tão bem quanto eu gostaria. Continuamos com duas vias fechadas, o Caminho de Cima em Santa Bárbara na Ribeira das Oito e a Canada na Ribeira das Cinco por falta de construção de pontes. Uma já está em construção, duas pontes têm a respetiva empreitada a concurso público e esperamos adjudicá-las na semana que vem. Isto não serve de consolação porque, mesmo adjudicadas, sabemos por experiência própria que as coisas demoram a fazer-se porque os empreiteiros nem sempre têm grande disponibilidade para arrancarem de imediato com as obras.

As cheias surgiram no mês de junho, um período muito mau porque a seguir veio o verão em que a atividade é manifestamente reduzida e as coisas não avançaram com a velocidade que os senhores presidentes de junta e a Câmara gostariam, mas vamos ver se retomamos o ritmo neste outono.

As questões referentes ao Porto das Pipas já foram aqui escalpelizadas e, no que toca a obras de maior envergadura, a Câmara decidiu avançar com a empreitada do mercado municipal logo que seja possível e adequado como já referi na sequência da intervenção do senhor deputado Joaquim Ponte. Essa será a maior obra que teremos a seguir e dará sequência ao fim da requalificação do Fanal e do Centro Interpretativo. Para mantermos um fluxo financeiro adequado temos que usar aqui uma certa lógica e abrir uma obra logo que fechemos outra porque não podemos mantê-las todas abertas ao mesmo tempo.

Foi já elaborado o projeto da ligação das Areias Brancas à Silveira, uma obra com dois troços, um manifestamente fácil, o outro extremamente caro, e estamos numa fase de especialidades e de tentar perceber se é possível descer aquele preço em alguma coisa.

As pequenas obras de asfaltamento e sobras têm corrido razoavelmente bem mas estamos a ficar com grande necessidade de asfalto no concelho. As chuvadas deste verão causaram danos graves e mais uma vez as questões financeiras deste quadro comunitário voltam a colocar-se pesadamente. Nesta altura temos cerca de doze quilómetros de caminhos municipais recenseados como a necessitar de repavimentação. Esperemos que o ano 2021 seja bom nesta matéria, que o próximo quadro comunitário seja negociado sem restrições ao asfalto, caso contrário, vai exigir um grande esforço do município porque depois do mercado temos que nos virar para as estradas visto que muitas delas estão a atingir o seu fim de vida útil e temos ainda os defeitos que resultam da abertura e do mau fechamento de valas. Esta é neste momento uma das grandes preocupações da Câmara.

No que, à parte cultural diz respeito, durante o verão conseguiu-se manter a cidade animada em que as coisas correram bem. Na vertente das zonas balneares, tudo decorreu muito bem do ponto de vista da segurança e do seu funcionamento e a época balnear terminou sem qualquer incidente grave. Tivemos a saga da Prainha que todos conhecem que não contribuiu em nada para a promoção da nossa terra mas a vida tem destas coisas. A Câmara fez o que podia mas ficou uma mancha infeliz neste processo das zonas balneares. Se quiserem conhecer em pormenor o que aconteceu, está aqui um dossiê com todos os relatórios e análises que peço para circular em torno da sala para os senhores deputados folhearem. Tudo isto está também disponível na internet.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Chegámos àquele ponto da Assembleia em que apresento um pergaminho de questões ao senhor presidente da Câmara.

Sr. presidente da Câmara – Por favor, faça-o em prestações porque é mais barato.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Antes disso, gostaria de expressar um lamento porque a senhora deputada Marília Vargas, na sua intervenção em representação de todo o grupo municipal do Partido Socialista, deu razão a tudo o que apresentei em nome do PSD como sendo preocupações da ilha Terceira. Substituiu-se a coragem e a firmeza que tiveram na aprovação daqueles documentos que emanaram da Assembleia Municipal de Angra e seguiram para o

Conselho de Ilha para rapidamente se satisfazerem com pouco, mostrando-se pouco ambiciosos ao contentarem-se com as migalhas que o Governo Regional nos foi dando.

Sei que o termo «migalhas» é grave mas os exemplos que aqui foram dados pela senhora deputada são as questões menores. O terminal de carga, a obra que efetivamente arrancou, já era aguardado há dez anos. A Linha Lilás foi reposta porque o navio novo que substituiu o “Mestre Simão” que encalhou na Madalena do Pico, ficou pronto ainda antes da rampa *ro-ro* no Porto das Pipas. Portanto, o naufrágio do «Mestre Simão» nem sequer serviu para que se construísse uma rampa e se pudessem transportar automóveis para a ilha Terceira quando a Linha Lilás fosse reposta. A SATA repôs a ligação com o Porto mas aumentou o número de cancelamentos nas ligações para a Terceira porque precisa dos aviões para cumprir as obrigações de serviço público para o Triângulo. Continuamos prejudicados com os serviços da companhia, para não falar das ligações aos nossos emigrantes na diáspora que são um caos; basta falar com qualquer emigrante que viva no Canadá ou nos Estados Unidos e ficamos logo a saber o que também por lá se pensa do serviço público da SATA.

Quanto ao cais de cruzeiros, nada. Transportes de carga, marítima ou aérea, nada. Escalas técnicas, nada. Voos *charter*, nada. Porto da Praia da Vitória, sua dinamização e potencial logístico, sim, a «Portos dos Açores» tem desenvolvido trabalhos e estudos e tem a parte técnica feita mas, quanto à componente política e ao financiamento, nada. Entretanto no Porto de Ponta Delgada não param as obras e as ampliações, não para o crescimento do potencial logístico do porto para acomodar contentores e fazem-se os serviços que há muito reivindicamos para aqui mas o Partido Socialista está satisfeito.

Continua por resolver a situação ambiental da ilha Terceira e o relacionamento com a república resultante do acordo entre Portugal e os Estados Unidos. Continuam sem vir os cem milhões de euros ao ano que foram prometidos no acordo entre a região e a república para a situação da ilha Terceira. A coragem deu lugar à resignação, se calhar por isso é que o Conselho de Ilha está como está e a capacidade reivindicativa dos terceirenses diminui porque, quem tem a maioria governativa fica contente com umas migalhinhas quando olhamos para as ilhas ao lado e mesmo as mais pequenas não deixam de reivindicar com muita violência a concretização das suas infraestruturas.

Há muitas ilhas em que um deputado a mais ou a menos faz toda a diferença na concretização do investimento, o que não acontece na ilha Terceira porque o Partido Socialista está contente, mas os membros do PSD continuam muito descontentes e lamentam que a coragem inicial tenha cedido à pressão daquilo que é a força do Partido Socialista.

Indo às questões da atividade municipal, começo pelo mercado municipal e pelo Centro Interpretativo. O PSD sempre criticou a hierarquia de prioridades que levou a que o Centro Interpretativo fosse construído antes do mercado e a Câmara Municipal, já presidida pelo senhor professor Álamo de Meneses, sempre nos garantiu que o CI avançaria primeiro por ser a obra que tinha a participação comunitária garantida. Pois bem, o que estamos a ver é que, afinal, nem uma nem a outra. Pelos vistos, não há financiamento comunitário para o Centro Interpretativo e também não o há para o mercado municipal. Tendo que se fazer uma obra às custas do orçamento camarário e dos impostos pagos pelas pessoas desta terra, o mercado municipal teria sido prioritário.

Começando à entrada da Câmara e repetindo a expressão que utilizei na última sessão da Assembleia Municipal, pior que uma obra mazinha é uma obra mazinha que nunca mais acaba e continuamos a ter aquele palco feioso ali em frente em vez do palco Meneses prometido para a Câmara com estátua, busto, foguetão ou o que quer que seja. Pergunto-lhe, senhor presidente, o que se passa com o palco Meneses da Praça Velha.

O senhor presidente da Câmara já referiu o que estava em curso a respeito da recuperação dos estragos causados pelas enxurradas que afetaram sobretudo as freguesias da zona oeste do nosso concelho. Infelizmente prevê-se para a próxima semana mais um fenómeno climatérico extremo, o furacão Lourenço, por isso pergunto o que a Câmara e o Serviço Municipal de Proteção Civil têm preparado para o que aí vem porque este furacão poderá atingir o grupo central dos Açores com categoria 3 que é muito violenta. Se os estragos causados pela última intempérie não foram recuperados, não se prevê nada de bom.

Sr. presidente da Câmara – A ordem de prioridades teve essencialmente a ver com duas realidades: o Centro Interpretativo tinha o projeto feito e pronto a lançar a concurso e o mercado não o tinha. Mais uma vez, se o tivéssemos feito, teríamos cometido um grande erro porque não tínhamos lá estacionamento suficiente e criaríamos um enorme problema. Seguiu-se a ordem do que era possível fazer-se porque tínhamos um projeto pronto e uma ruína que era uma autêntica mancha no coração da cidade e dou por bem entregue o investimento que ali foi feito mesmo que não recebamos qualquer dinheiro. Vamos fazer a obra A e a obra B porque, felizmente temos condições para isso, obedecendo à sequência adequada e estou satisfeito com a ordem como as coisas estão a ser feitas.

O palco da Praça Velha há de seguir em breve. Houve aqui um pequeno problema que foi um grande problema porque deveria ter sido montado em junho antes das Sanjoaninas mas os nossos técnicos aqui dentro atrasaram-se e o senhor que é o dono da fábrica disse que ia de férias em agosto. Foi isto que aconteceu, esperemos que na próxima sessão já se veja o palco a subir e a descer e estou perfeitamente de acordo consigo porque, pior do que uma má obra é uma obra encalhada, o que me incomoda muito, e sempre que passo ali rogo sempre duas pragas a quem fez aquilo encalhar.

Quanto às questões de previsões de uma tempestade, a nossa primeira prioridade foi a criação de condições de segurança. Isto aconteceu em junho e se tivesse havido uma trovoada em julho ou agosto como seria provável, poderíamos ter tido problemas. As obras que foram feitas consistiram essencialmente em limpeza e aprofundamento de leitos e em boa parte o problema das pontes resulta disso.

Resolveu-se aprofundar os leitos para mudar as coisas e que me lembre as ribeiras nunca estiveram tão seguras como agora com obras ou sem obras. Nalguns casos, os canais foram aprofundados para o dobro e a zona mais perigosa, uma ribeira existente ali no Escapadouro por cima de S. Bartolomeu, já lá tinha maquinaria a trabalhar no dia seguinte e está mais segura pelo menos desde o período a seguir ao sismo de 1980 já que uma boa parte do material que lá está é entulho colocado no período da reconstrução do sismo. Fez-se o que tinha que se fazer no sentido de garantir a segurança de pessoas e bens, falta agora concluir obras relacionadas com o funcionamento das vias mas a desobstrução foi feita de imediato e continuamos a trabalhar no sentido de evitar que surjam mais problemas ali.

Oxalá o furacão não apareça por cá e se aparecer estaremos preparados para o receber porque o nosso Serviço Municipal de Proteção Civil tem dado boas provas de si e funcionado muito bem. Neste momento acho que nos podemos orgulhar de ter um dos melhores serviços de proteção civil do arquipélago, senão do país, porque as coisas ainda não acabaram de acontecer e já estão a ser resolvidas. A partir da próxima segunda-feira entraremos em prontidão, começaremos a colocar equipamentos nos lugares adequados e se houver alguma coisa na noite da terça para a quarta-feira, estaremos preparados.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tivemos algumas queixas por parte de munícipes relativamente às instalações sanitárias municipais da marina e do jardim público que se encontravam fechadas no período noturno durante as Sanjoaninas. Bem sei que as instalações da marina não pertencem à Câmara mas seria importante que todas estivessem a funcionar durante as festas para se diminuir a pressão sobre os privados porque os estabelecimentos comerciais não devem

servir como instalações sanitárias públicas e evitar-se-ia transformar outros espaços públicos em instalações sanitárias, nomeadamente a Prainha.

Volto mais uma vez a referir os atos de vandalismo recorrentes que têm acontecido em espaços municipais como a ampliação do jardim, o circuito pedestre desde o Clube Náutico, passando pelo bosque dos dragoeiros até ao Fanal e um conjunto de outros espaços que têm sido alvo de atos que atentam contra a qualidade dos espaços públicos. Sabendo que existem problemas relativamente aos direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos, pergunto até que ponto não se justificaria o recurso à videovigilância nos espaços públicos do nosso concelho porque só teme a videovigilância quem vai fazer algo que não possa ser filmado e talvez seja esta a medida que se exige neste momento.

Senhor presidente, gostaria de saber se a Câmara abandonou ou mantém a ideia de construir um crematório no concelho. É que continua a constar dos documentos da atividade municipal e também nos documentos de prestação de contas que são fornecidos aos deputados municipais. Alertei para isto na última sessão da assembleia e continua lá o crematório.

Não me parece que a ilha Terceira precise de um crematório em cada concelho. Como as pessoas morrem, como é óbvio, o negócio funerário é aparentemente lucrativo porque tem havido investimento por parte dos privados em instalações mais dignas para a prestação do serviço. Julgo que alguns poderão até estar interessados na atividade da cremação e não me parece que este seja um investimento prioritário da Câmara.

Senhor presidente da Câmara, só agora, depois de toda esta polémica, é que a Câmara vai avançar com a aquisição de um veículo para tratamento das areias da Prainha? Já não vou falar do espalhamento que tem havido em torno da presença ou não, dos mais variados dejetos, do esgoto de águas pluviais ou da ligação de esgotos domésticos ao esgoto pluvial.

Devido à fruição do local, a carga humana causa sujidade na areia seja dentro ou fora da época balnear devido à realização de eventos permitidos pela Câmara, desde concertos a vacadas, ou simplesmente quando as pessoas vão passear os seus animais para a Prainha e até agora nunca ninguém se lembrou de tratar a areia. A Câmara teve uma preocupação inicial em desvalorizar o eventual exagero das ações dos ambientalistas, pecou em garantir a segurança e o bom estado daquele local e só agora é que comprou o veículo para tratamento das areias? Sauda-se a compra do veículo mas já vem tarde.

Uma outra questão que nos tem trazido grande preocupação são as obras de renovação do quartel dos bombeiros dos Altares. Sei que isso está em marcha e os bombeiros estão relocados e instalados com as suas viaturas num espaço de uma antiga oficina mas gostaria de saber em que condições isso foi feito, se o espaço está arrendado ou se foi adquirido pela Câmara ou pela junta de freguesia porque não tivemos oportunidade de constatar o cabimento orçamental de qualquer operação financeira que visasse a realocação dos bombeiros naquelas infraestruturas. Tivesse a mesma vindo à Assembleia Municipal e tê-la-íamos aprovado. Que fique claro que a aprovaríamos porque achamos que aquela situação é urgente e tem que ser resolvida mas todos sabemos que os investimentos sem cabimento orçamental são ilegais. Precisamos de saber qual o enquadramento dessa situação para nos protegermos a nós próprios de irmos a ser responsabilizados pela tomada de decisões sem enquadramento orçamental.

Sr. presidente da Câmara – Este ano para as Sanjoaninas optou-se por contratar uma empresa da especialidade com uma bateria daqueles equipamentos sanitários para se evitar o que era uma constante com as casas de banho quase impraticáveis a partir de uma certa hora. Foi colocada uma bateria no Bailão, outra aqui, uma outra ao pé do teatro e outra ainda no Pátio da Alfândega, o que fez com que houvesse casas de banho como jamais esta cidade teve durante as festas.

Aquelas casas de banho que referiu fechavam à meia-noite por razões sanitárias porque o seu uso demasiado intensivo causava problemas. Em frente estavam outras que permaneceram abertas 24 horas por dia à responsabilidade de uma empresa que passava por lá de horas em horas para fazer a limpeza. É uma solução muito mais higiénica, cómoda e eficaz. A experiência indica que esta é a melhor solução e apenas temos que nos habituar a ir ali em vez de irmos acolá. As coisas funcionam bastante melhor porque não se concentra tudo no mesmo lugar, há polos separados em quatro locais diferentes da cidade com maior abundância e com a garantia de uma equipa permanentemente de serviço pronta a intervir para manter tudo em condições.

Os vandalismos têm sido sentidos severamente e estamos interessados em acabar com eles - uma das questões que temos vindo a discutir com a polícia - e posso anunciar que foi já pedido o licenciamento para a colocação de videovigilância nos acessos à Prainha. A lei mudou neste último ano com a aplicação do regulamento europeu da proteção de dados e as coisas ficaram manifestamente mais difíceis porque chegámos à conclusão que a Câmara Municipal não pode operar diretamente aqueles equipamentos e não podemos ser os detentores daqueles dados nas condições que a lei determina. Estamos em negociações com o Ministério da Administração Interna e com a polícia no sentido de ser a guardiã dos dados, o que implica uma aceitação da sua parte que ainda não obtivemos.

Temos uma proposta para colocação de câmaras de videovigilância na Prainha, o valor é manifestamente bom e a dificuldade está na questão do licenciamento da operação. A Prainha servirá também como ensaio e vamos aprender como isto tudo se faz. Tanto quanto conseguimos apurar, até ao momento nenhuma autarquia conseguiu licenciar qualquer sistema de videovigilância desde que a nova lei entrou em vigor. Temos que ultrapassar algumas dificuldades e pretendemos que haja videovigilância na Prainha antes do próximo verão como apontam as conclusões do dossiê amarelo que aí circula.

Peço imensa desculpa pelo facto de o crematório constar de qualquer documento da atividade municipal; já mandámos eliminar mas o *copy & paste* às vezes dá esse resultado e as pessoas esquecem-se que isso já não consta de qualquer documento oficial da Câmara. Quem fez o relatório da atividade copiou o que já vinha desde há 200 anos mas fica a garantia que o faremos desaparecer.

A respeito do tratamento de areias não se passa nada de novo, apenas estamos a substituir um equipamento que tem tido demasiadas avarias e criado vários problemas. Nos últimos anos temo-nos visto obrigados a pedir à Câmara da Praia da Vitória que nos empreste o seu equipamento porque o nosso para de vez em quando porque já tem mais de uma dúzia de anos e alguns maus tratos.

Respondendo à sua questão sobre os bombeiros dos Altares, é evidente que ninguém paga nada sem cabimento orçamental que consta na rubrica de cooperação com as autarquias locais. O que aconteceu é que a Câmara e a Junta de Freguesia dos Altares tinham um entendimento para a construção de um armazém na freguesia que custaria cerca de cem mil euros mas, tendo surgido no mercado um edifício já feito por um valor semelhante, em vez de se construir o armazém que levantava problemas com os vizinhos e apresentava outras dificuldades, a Junta de Freguesia adquiriu aquela oficina e cedeu-a aos bombeiros sem qualquer custo associado. Está aqui o senhor presidente da junta que, melhor do que eu, poderá explicar a questão. Não se preocupe porque ninguém cometeu nenhuma infração financeira de outra natureza.

Sr. d. m. Délio Borges – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros deputados municipais. O senhor presidente passou ao de leve pelo assunto das enxurradas de junho mas o assunto não passou ao de leve pela vida das pessoas. As cheias prejudicaram bastante as populações das freguesias de S. Bartolomeu, das Cinco Ribeiras e de Santa Bárbara e os problemas subsistem no dia a dia

das pessoas. Gostaria de saber quando essas obras poderão começar porque temos o inverno à porta e a situação poderá complicar-se.

Sr. presidente da Câmara – Tentei falar no assunto sem passar ao de leve mas, tal como os senhores, também tenho que gerir os meus tempos. O que lhe posso dizer é que, neste momento estão em falta três pontes; está em construção uma delas na Canada do Açougue em Santa Bárbara que resultou de uma primeira enxurrada e outras duas serão adjudicadas na próxima semana se tudo correr conforme o previsto e não houver nenhum problema no respetivo concurso público. Como sabem, o empreiteiro tem 90 dias para começar a obra e vamos tentar ver se isto avança o mais rapidamente possível porque estamos tão empenhados como qualquer outro.

Existe um outro problema relacionado com as pontes particulares, que são muitas, pertencem aos donos das respetivas casas e estão feitas por cima, naquelas situações em que temos a ribeira paralela à canada e as casas por detrás da ribeira. Infelizmente, temos recenseadas cerca de 60 dessas estruturas e deveriam ser todas demolidas porque são ilegais, manifestamente inadequadas e a responsabilidade recai sobre os respetivos donos mas sabemos que muitos deles não têm condições para isso. Criou-se o espírito de que alguém há de vir resolver e o dono acha que não tem nada a ver com isso, apesar de ter feito o que quis e como quis e criado problemas a toda a gente, incluindo ele próprio.

Em conjunto com as juntas de freguesia temos estado a olhar para os casos das pessoas mais pobres e com mais dificuldades e temos a justa expectativa que, aqueles que podem, venham a tomar a necessária ação mas, se isso não acontecer, teremos que agir junto deles. No entanto, após termos falado com alguns proprietários, não se encontra facilmente quem vá fazer a obra no tempo pretendido como referi há pouco e assim não é fácil para a Câmara, para as juntas de freguesia nem para os particulares fazer as coisas avançar com a velocidade que todos desejaríamos.

Quanto às situações de risco e sem querer ser inconsciente, nenhum de nós pode garantir que não haverá problemas. A desobstrução de ribeiras foi a tarefa prioritária nos dias imediatos o que pode ser testemunhado pelos senhores presidentes de junta que estão aqui presentes. As ribeiras estão mais desobstruídas do que antes destes eventos porque, dada a magnitude das cheias, tomou-se a decisão de fazer um sério alargamento nas zonas críticas para o dobro ou o triplo da sua capacidade e há zonas onde foram removidos entulhos do sismo de 1980.

Convido os senhores membros desta assembleia a subirem por S. Bartolomeu até à zona do Escapadouro para verem o trabalho que está lá a ser feito. Houve ação e limpeza imediata nas zonas de risco e ficaram para trás as questões que têm mais a ver com comodidade, como é o caso das pontes, mas estamos a fazer os possíveis para repor.

A ponte da Ribeira das Oito não caiu; foi demolida porque ficou de tal maneira obstruída com pedras e entulho entalado numa manilha que lá havia e foi aberto um canal para evitar riscos porque não sabíamos se voltaria a chover no dia seguinte. Na zona do Caminho de Cima da Ribeira das Oito, o canal da ribeira tem agora cerca de cinco vezes mais capacidade de transporte do que antes. Aquela ponte não tinha capacidade e era a quarta vez em poucos meses que a ribeira transbordava ali para o topo de uma zona habitada e vinha pelo meio das casas abaixo com risco de vida para quem mora ali. Para resolvermos o assunto definitivamente, a ponte foi demolida e retirada. Isto para vos dizer que se tomaram medidas de proteção das pessoas. Mesmo com custos e sei que não é popular, a verdade é que não quero que fique na minha consciência que alguém possa morrer devido a uma ação que não se tomou.

As máquinas ainda não saíram das ribeiras desde o dia das chuvadas a 16 de junho e houve em todas estas freguesias equipamento a trabalhar para melhorar a capacidade de vazão das ribeiras. Retirámos o que foi possível de todas as zonas de constrangimento e estamos bem

melhor do antes da cheia mas a natureza tem uma força que não se compagina com a nossa vontade e os riscos continuam a existir.

O Plano Regional de Prevenção de Inundações que foi aprovado pelo parlamento previne as inundações nos locais onde já não podem acontecer porque já se fizeram as obras, como a Agualva e o Porto Judeu, deixando de fora os locais onde isso pode acontecer com elevadíssima probabilidade, o que me levou a levantar a questão junto da Secretaria do Ambiente. É uma das questões que precisa de ser resolvida em sede parlamentar, apesar de, na altura, esta Câmara ter dito que aquilo não estava bem. Espero que a próxima semana seja pacífica e não nos aconteça mais nenhum azar.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Este dossiê que o senhor presidente da Câmara nos fez distribuir vem a propósito daquilo que eu queria aqui trazer. Salvo melhor opinião, quer-me parecer que a nossa câmara municipal tem que reforçar a sua intervenção porque, nos últimos tempos, tem havido um chinfrim sobre a qualidade de vida do nosso concelho. Um dos exemplos é aquele que aqui passou e o outro é a contaminação que existe por conta da utilização da base das Lajes pelos americanos.

Estas situações são extremamente negativas para a qualidade de vida da nossa população e para o progresso e o futuro do nosso concelho. Das duas, uma: ou essas questões têm que ser devidamente comprovadas por quem as levanta, e se assim for têm que ser corrigidas, e se não forem provadas, devem ser desmascaradas e tem que ser dito às pessoas que não é verdade. Tudo isto afeta quem exerce a sua atividade neste concelho e na ilha Terceira, quem promove os nossos hotéis, quem vende o leite e a carne ou simplesmente o bem-estar da nossa terra que faz com que as pessoas nos procurem. Isto é penalizador para a nossa qualidade de vida e para a nossa economia.

O documento que o senhor presidente da Câmara aqui fez circular é muito importante e talvez não seja do conhecimento de toda a gente...

Sr. presidente da Câmara – Está disponível também na internet.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Evidentemente, mas o senhor presidente da Câmara sabe que, grande parte das pessoas não tem conhecimento suficiente ou a facilidade de fazer uma interpretação destas. A nossa Câmara deve procurar clarear esta situação direta ou indiretamente, solicitando a intervenção das entidades regionais com responsabilidades sobre estas matérias. Se isto for verdade, vamos corrigir o que está mal; se é mentira, temos que convencer a nossa população e quem nos visita, que isto é um logro, uma verdadeira fraude.

Quem faz isto, prejudicando uma comunidade inteira sem provas suficientes, deve ser chamado à responsabilidade dos seus atos porque prejudica a vida de todos nós e o progresso da nossa terra. A nossa câmara municipal deve intervir e ajudar a que este assunto se resolva de uma vez por todas e a ilha Terceira não continue a ser prejudicada com as polémicas que têm sido levantadas à volta destas questões.

Como munícipe e angrense, acompanho estes assuntos pela comunicação social local, vejo a Câmara a sustentar esta questão com documentos subscritos por entidades certificadas e conhecedoras e vejo levantarem-se polémicas sobre esta matéria com base em testemunhos de anónimos sem qualquer sustentação técnica ou científica. Como é possível fazer-se uma coisa destas? Está a comprometer-se o futuro de todos nós, senhores! Isto é gravíssimo, tem que ter um ponto final e a Câmara tem que dar o seu contributo para resolver a situação.

Sr. presidente da Câmara – Não poderia estar mais de acordo com o senhor deputado e faço minhas as suas palavras que demonstram a experiência e a maturidade de quem já esteve sentado nesta cadeira.

Estamos a viver um tempo novo em que os meios de comunicação social a que estávamos habituados, assumiram um papel secundário em relação a estas questões. Hoje tudo se faz pelos meios informáticos, muitas vezes a coberto de anonimatos e de perfis de pessoas que não existem e esta é uma luta muito desigual que, de facto, nos dificulta a reacção.

Decorre neste momento um inquérito judicial que espero ver resultar em alguma coisa e essa é uma questão que não está no controlo de Câmara nem podemos fazer o que quer que seja. O Ministério Público pediu um conjunto de informações, nós fornecemos o dossiê amarelo que circulou aí em volta e espero que, da parte judicial, sejam tiradas as devidas conclusões.

Quanto às questões reais que estão por detrás disto, estou convencido exatamente da ação e não de outra coisa qualquer. Porque é que isto surgiu? Porque, finalmente, tivemos os meios e a vontade de resolver o problema do excesso de esgoto afluyente ali em baixo e foi construída aquela estação elevatória junto à praça de touros. Da parte da Câmara tomaram-se ações estruturais que mudaram profundamente a maneira como a rede de esgotos funciona, dando seguimento a uma obra que já estava prevista desde um tempo em que o senhor esteve aqui na Câmara e resultou da impossibilidade de se fazer um tanque maior por causa da descoberta das ruínas das portas do mar que inviabilizaram a colocação da estação elevatória no sítio em que estava inicialmente prevista. Esta situação tem a sua raiz nesse problema e está neste momento resolvida, faltando apenas uma ligação que é relativamente marginal e tem a ver com a passagem do esgoto ali da zona da Memória nas traseiras da panificação. Houve ali um pequeno problema que espero ver resolvido nas próximas semanas.

Neste momento está a afluir para a baixa da cidade cerca de metade do esgoto do ano passado, vão ser desviados mais cerca de 20% nas próximas semanas e ficaremos com 70% do esgoto fora do centro da cidade; foi daí que nasceu o problema. Agora, nem sequer o presidente dos Estados Unidos consegue controlar esta forma de comunicação e temos que viver com isso. Lamento profundamente os resultados e repito que faço minhas as palavras do senhor deputado Joaquim Ponte que foram sérias e muito seguras. Andamos para aqui a metralhar os próprios pés todos os dias e nada mais podemos fazer.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo, senhores deputados. De facto, também nós recebemos queixas por parte de muitas pessoas que cá estiveram durante as Sanjoaninas sobre o fecho daquelas casas de banho à meia-noite que causou um grande transtorno. Assim sendo, venho propor que, nos dias do cortejo, das marchas ou noutros de maior movimento na cidade, as casas de banho encerrem pelo menos às 2 horas da manhã.

Quando se tem crianças pequenas que ficam na festa até mais tarde ou idosos que precisam de acompanhante, as casas de banho como aquelas que são colocadas em alternativa não garantem o acompanhamento nem as questões de higiene que é preciso salvaguardar. O que acontece é que os munícipes, em vez de recorrerem às casas de banho alternativas, vão aos estabelecimentos comerciais sobrecarregando-os, por isso se procura uma alternativa mais adequada.

Não pretendo pronunciar-me muito em relação às obras mas gostaria de apelar à Câmara e eventualmente às juntas de freguesia para a sinalização na estrada e do perigo devido à falta de muros junto a essas ribeiras. Quem vem na estrada secundária da zona do Raminho para Santa Bárbara existe um sinal de proibição mas não está explicado se aquilo ficou esquecido do rally ou se é por causa do pavimento que não está adequado e um condutor que arrisque, passa o sinal. No sentido inverso não há sinalização e existe apenas um sinal de sentido proibido que está colocado no chão do lado esquerdo da estrada. Não há sinalização para a noite e um condutor mais desatento não vê o sinal do lado contrário. Aquilo está um perigo porque se passa do pavimento de gravilha e pode haver um despiste que acabe em tragédia.

Nas descidas dessa estrada secundária para a estrada regional, os muros das ribeiras não estão devidamente sinalizados com faixas brancas nem com faixas luminosas. Durante o dia consegue ver-se que não há muro mas torna-se perigoso à noite para um condutor que não more naquela zona e desconheça as condições daquelas proteções laterais. Enquanto a obra não acontece é uma urgência garantir a segurança daquela zona.

Sr. presidente da Câmara – Pois, a comissão das Sanjoaninas terá que olhar para a questão das casas de banho até porque se antevê uma mudança na sua limpeza nos próximos meses.

Quanto aos muros e à sinalização, tanto quanto é do meu conhecimento, porque estive lá não vai há muito tempo, havia umas grades colocadas cá atrás a uma distância muito razoável. Talvez alguém as tenha removido e temos que ver isso com a junta de freguesia... Estão lá as grades? Pronto. A ideia era não permitir que as viaturas chegassem sequer a uma centena de metros daquele local e pará-las no cruzamento imediatamente anterior com as grades que lá estão. Vamos olhar para isso e ver se não teremos problemas.

Resolvemos não repor os muros que foram uma grande parte do problema porque a água, depois de sair para a estrada, não tinha como regressar à ribeira e os mesmos estão a ser substituídos por uns varandins em metal abertos que permitem a passagem da água. Já vi alguns varandins em Santa Bárbara, não sei se ainda faltam muitos porque as empresas que os fabricam não andam à velocidade que gostaríamos, mas vamos ver se as coisas avançam rapidamente. Existem lá mais alguns muros que são para retirar para se criar ali uns fusíveis hidráulicos que permitam que a água que venha para o caminho, volte para a ribeira e não escorra por ali abaixo para o centro da freguesia. É essa a razão pela qual os muros à beira do caminho estão a desaparecer.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Para encerrar o assunto relacionado com os bombeiros, percebo a lógica da solução, mas faz-me um bocadinho de confusão a questão da posse. Tinha que se encontrar uma solução para os bombeiros dos Altares e o senhor presidente da Câmara explicou o cabimento orçamental mas gerou-se aqui um desequilíbrio porque, findas as obras do quartel, a junta de freguesia dos Altares fica equipada com uma instalação que pode utilizar para as mais variadas necessidades. No entanto, gostaria de saber em que circunstâncias as restantes freguesias do concelho podem reivindicar também uma instalação de cem mil euros. Ao abrigo da mesma rubrica orçamental e do acordo de cooperação com as autarquias, qualquer outro presidente de outra junta de freguesia do concelho pode, em igual ordem de grandeza, reivindicar instalações semelhantes e financiamento para as mais variadas necessidades.

Sr. presidente da Câmara – Nalguns casos, mais elevados.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Mais elevados porque as necessidades são muitas e a criatividade certamente não será inferior mas foi assim criado um precedente, senhor presidente.

A minha segunda questão tem a ver com o facto de o senhor ter evocado - e bem - o presidente dos Estados Unidos, pois ele celebrou uma expressão que são as «*fake news*», algo com que tem que lidar quem está na vida pública e política, o que não é de agora nem do tempo do Trump, e arrisco-me a dizer que o governante Álamo de Meneses também terá já sido protagonista de algumas.

Indo a reboque do senhor deputado Joaquim Ponte, é importante combater as notícias falsas, se as houver, e garantir a segurança das pessoas. Parece-me que tem havido alguma dificuldade em garantir a verdade porque a Câmara dispõe dos mesmos meios, ou seja, a presença nas redes sociais e a possibilidade de chamar os órgãos de comunicação social porque tem gente paga para isso...

Sr. presidente da Câmara – E já o fez.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – A Câmara tem ao seu dispor os mesmos meios que qualquer outro particular ou instituição e mais alguns para repor a verdade quando a mesma for atropelada. Repetindo a acusação que lhe fiz no início, lembro que, numa fase inicial foi desvalorizado o problema e continuamos a ter ligações de esgotos domésticos às águas pluviais, umas mais, outras menos clandestinas...

Sr. presidente da Câmara – Não tem nada a ver com esgoto... nada.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tudo bem, senhor presidente. Vou consultar os documentos logo que possa; não farei agora mas, se mos quiser ceder, é óbvio que os consultarei porque já percebeu que o faço ao pormenor, às vezes até ao nome das filarmónicas micaelenses que visitam a Câmara.

É importante que esta situação se resolva porque há, de facto, um esgoto pluvial ali. Há um esgoto pluvial que vai para o Fanal e para a zona nova que está ali a ser criada, não há emissários e se calhar não se justifica o investimento em causa, mas é preciso garantir a segurança das populações porque, aquilo que vai parecendo demasiadas vezes, é porque é.

Coloco-lhe agora uma questão importante: qual é a data prevista para a conclusão das obras de saneamento de ligação visto que referiu que estariam para breve? Nalguns pontos, a situação deveria ter sido resolvida dentro de dias e já lá vão meses, as obras interferem com a vida dos particulares e com o acesso aos seus prédios e está a acontecer um bocadinho como o palco Meneses aqui à frente da Câmara.

Pergunto que garantias podem ser dadas de que, em breve se resolverão estas situações do saneamento e do prejuízo aos particulares, porque não pode haver um peso para o interesse público e outro para o particular visto que a lei é a mesma e as pessoas têm que ser salvaguardadas nos seus direitos e obrigações.

Sr. presidente da Câmara – Aquilo que tem sido prática desde o mandato anterior é o facto de todas as juntas de freguesia apresentarem uns projetos maiorizinhos para os quais a Câmara contribui. Tem-se feito caminhos e asfaltamentos numas freguesias, construiu-se um centro social na Feteira, asfaltou-se na Ribeirinha, em S. Bartolomeu fez-se um parque de estacionamento e está-se a remodelar a escola à beira do mar no Pesqueiro, ou seja, tem havido um tratamento rigorosamente igual para todas as freguesias, independentemente da sua cor política, e com todas elas se tem feito contratos de montantes semelhantes a este.

Os senhores presidentes de junta de freguesia reúnem connosco de vez em quando e estas matérias são-lhes apresentadas com toda a transparência. Os que já receberam, estão felizes, os que ainda não receberam, estão expectantes, mas todos têm direito à mesma coisa e tentaremos chegar a todos da mesma maneira. O dinheiro está reservado, eu estou expectante que a junta de freguesia de S. Sebastião apresente uma casa mortuária e que as outras façam não sei o quê. Todas as juntas de freguesia têm direito a um projetinho melhor em cada mandato, é isso que estão a fazer e é isso que vão ter. Não fique invejoso dos Altares, apesar de ser uma freguesia da minha predileção, como é óbvio, porque também chegaremos lá.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Nem fui tão longe.

Sr. presidente da Câmara – Pois, mas eu prefiro ir. Havemos de chegar a todas mesmo as de mais longe, porque são todas muito de mim, amadas. E não se preocupe com o precedente porque já estava montado desde há cinco ou seis anos.

Voltando à questão dos esgotos, o que as análises comprovam é que, em caso algum, há entrada de qualquer matéria fecal para aquela praia, vinda do mar; não foi detetado até hoje. Foi feito pelo Instituto Ricardo Jorge, um trabalho de determinação da estirpe de coliforme que lá está e chegou-se à conclusão que não era humano nem bovino, embora isto vá ser sujeito a

confirmação com nova análise. Como não costumam andar muitos ET's pela Prainha, presumo que os dejetos sejam caninos.

O problema que ali tivemos nada tem a ver com esgotos mas com outras realidades, algumas misteriosas. Também se procurou saber se o problema vinha de baixo porque há um aquífero debaixo da cidade e poderia haver rotura de esgotos. Foi aberto um buraco até ao aquífero e verificou-se que não era de baixo, o que foi comprovado com a colocação de uma tela impermeável numa zona de amostragem para separar a areia. Analisou-se a areia de baixo e a de cima, concluiu-se que vinha de cima, o que indicou tratar-se de um problema de superfície e não, vindo do mar ou de baixo. São estas as conclusões indesmentíveis do que aconteceu e não vale a pena andarmos com lucubrações em torno do assunto porque a realidade é esta.

Na primeira análise, aquela que deu a contaminação, havia um ponto que tinha uma contaminação mais antiga e os outros não tinham; não havia fungos, não havia decomposição local e isto dá que pensar. Onde estava? Nos primeiros dez centímetros de areia e não estava na zona que o mar lavava. Agora os senhores tirem as vossas conclusões.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Se o senhor presidente nos está a dizer que há mão criminosa nisso...

Sr. presidente da Câmara – Eu não sei se há mão criminosa nisso; pode haver cães nisso mas os cães não são criminosos. O senhor percebe mais de cães do que eu mas, que eu saiba, eles não são imputáveis.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Também não há notícias de matilhas de cães a frequentarem a Prainha...

Sr. presidente da Câmara – Não sei o que acontece na Prainha depois das horas normais de serviço porque ainda não temos lá a câmara de videovigilância. Todas as hipóteses estão em cima da mesa e como não tenho provas, deixo à imaginação de cada um dos senhores o que poderá estar a acontecer.

Os esgotos pluviais são uma constante em toda a ilha nos locais urbanizados e não urbanizados. Quando as ribeiras correrem, não acredito que não haja bosta de vaca arrastada. Será que não há? Será que não há coliformes nos caminhos por aí onde há bosta? Não vale a pena estarmos aqui com grandes lucubrações em torno de um assunto porque, sempre que chover nesta ilha, a água vai correr para o mar arrastando dejetos; se não forem de gente, hão de ser de vaca, de cão ou de outro animal qualquer. Qual é o problema? Nenhum; sempre vivemos nesta terra, sempre nos visitaram e nunca nos aconteceu nada e quando vamos às terras dos outros acontece rigorosamente a mesma coisa.

O que temos é a mania de andarmos sempre a dar tiros nos próprios pés e a inventar problemas onde não existem. Parece que se instalou aqui uma tendência suicida. As nossas ribeiras não são diferentes das ribeiras de outro país qualquer e, quando chover, as ruas de outro país qualquer hão de ter o mesmo que as nossas. Se estiver a chover com o esgoto a correr e eu estiver a ver as beatas a saírem, posso ter uma tendência para a porcaria e querer meter-me na água mas isso é um problema meu. Qualquer pessoa de bom senso sabe que não é de bom-tom ir tomar banho imediatamente depois de uma chuvada enquanto a água não limpar. Não é de bom-tom ir tomar banho para as Quatro Ribeiras onde desagua uma ribeira ou para a Praia da Vitória onde tem ruas, para o Negrito ou para a Silveira. Não é de bom-tom ir tomar banho em lado nenhum a não ser que se vá para um ilhéu deserto que nem aves tenha porque as aves também fazem a dita cuja.

Não vale a pena estarmos sempre a inventar coisinhas. Daqui a dias dirão: «Fizeram uma obra ali no Fanal mas tem lá um esgoto.» Pois claro que tem. O esgoto da avenida para onde vai?

Quando chove, vai correr para cima? Quem quiser ir tomar banho quando estiver a chover vai, mas sabe que está lá, sempre esteve e há de estar.

Não há problema nenhum aqui e em lado nenhum. Convido os senhores a verem uma prova desportiva que o outro dia vi em que estava patente que havia lá um esgoto; alguém estava preocupado com isso? Há terras que têm sorte e outras têm azar. É o que posso dizer.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Parece-me haver um consenso quanto ao diagnóstico desta questão e apenas poderemos ter aqui uma divergência ou outra relativamente à terapêutica. A meu ver, esta situação comporta um âmbito técnico já justificado pelo senhor presidente da Câmara através do dossiê que nos facultou e que se encontra também disponível na internet, mas não podemos ignorar a existência de uma questão política. Quem estiver a cavalgar este assunto à procura de proveitos políticos terá que apresentar uma sustentação técnica para defender os argumentos que vai esgrimindo pela comunicação social e pela nossa comunidade.

Há aqui uma questão política que deve ser respondida de forma política. Já percebemos que há quem julgue ganhar algum destaque e apoio político com estas questões mas não o pode fazer à custa do prejuízo de uma comunidade inteira. Falta saber se estas pessoas estão efetivamente preocupadas com a segurança e a qualidade de vida dos terceirenses ou apenas em resolver problemas pessoais ou de ordem política. Se não for apresentada sustentação para defender esta questão, estes indivíduos têm que ser penalizados porque estão a dar prioridade ao seu ego e à sua vaidade, pondo em causa o bem-estar de todos nós. O senhor presidente da Câmara apresentou-nos sustentação em termos técnicos mas falta fazer algo em termos políticos para que este assunto seja devidamente clarificado.

Sr. presidente da Mesa – Perante esta sua intervenção, parece-me que está tudo dito e não me parece necessário acrescentar mais nada a uma situação que pode levar a resultados extremamente nefastos e difíceis de recuperar para a ilha Terceira. Trata-se de notícias alarmistas que vão sendo divulgadas também por alguns órgãos de comunicação social, sabendo perfeitamente que estão a colaborar com as *fake news*, mas continuam a divulgá-las. Lembro a situação recente relativamente aos casos de cancro em que se tentou pôr em causa os estudos científicos e seríssimos do Centro de Oncologia dos Açores. Essas afirmações nunca foram acompanhadas de dados concretos e credíveis porque, simplesmente, não existem.

Terminadas as intervenções respeitantes ao Ponto 1.1, a informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal.

1.2 - Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2019. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Como é costume nesta altura do ano, é necessário fazer-se aqui alguma revisão com dois objetivos: introduzir na receita e disponibilizar para a despesa algum dinheiro que tínhamos de reserva orçamental para fazer face às despesas inesperadas que resultaram das chuvadas que falávamos há pouco. Nesta altura já foram feitos dispêndios relativamente grandes com maquinaria e com limpeza e ainda temos cerca de meio milhão de euros pela frente para o resto do ano. Precisamos de fazer aqui algum reacerto no sentido de dar à Câmara mais liberdade para repormos a normalidade. As outras questões são relativamente menores, ou seja, o acerto em função da execução que é costume fazer-se nesta altura.

Sr. d. m. Délio Borges – Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos informasse que novidades temos a respeito da reabilitação do Livramento e do Clube Náutico que aparecem aqui nas Grandes Opções do Plano, querendo parecer-me que na última sessão da Assembleia tínhamos percebido que não havia projetos relativos à Fanfarra Operária.

Sr. presidente da Câmara – Houve uma evolução positiva nalguns aspetos em relação a esse dossiê. A Santa Casa da Misericórdia já conseguiu abrir o concurso e fazer uma adjudicação, estão a decorrer aqueles prazos para que os interessados se possam pronunciar e temos uma razoável expectativa que poderemos ter obras ainda este ano.

No que respeita ao Livramento, o projetista finalmente entregou alguns elementos que estavam em falta e estão em apreciação. Apesar de já não dar para este ano, pelo menos existe a possibilidade de lançarem o respetivo concurso público para a empreitada. O mesmo aconteceu com o Clube Náutico que, finalmente, também apresentou o projeto. Nada aconteceu em relação à Fanfarra mas esperamos que a nova direção consiga pegar neste dossiê e o faça avançar. Resumindo, para este ano só a Santa Casa da Misericórdia é que terá eventualmente condições para fazer efetiva despesa; no ano que vem, creio que o Livramento e o Clube Náutico terão condições para fazer o mesmo. Quanto aos outros, infelizmente penso que ainda não será desta.

*Terminadas as intervenções e após votação, a **Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 26 votos a favor (21 do PS, 1 da d. m. independente e 4 do PSD) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).***

1.3 - Regulamento de Apoio a Atividades de Interesse Municipal. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhores membros da Assembleia.

Nesta proposta para o novo regulamento de apoio a atividades de interesse municipal são feitas algumas alterações em grande parte relacionadas com o regime aplicável à fiscalização da atribuição dos apoios concedidos. De forma resumida, os principais pontos que são alterados são os seguintes: prevê-se uma diminuição da burocracia associada aos pedidos de apoio apresentados todos os anos, aumentando-se por isso também na fase de inscrição na base de dados por parte das entidades a documentação que deve ser entregue, o que faz com que, sempre que apresentem um pedido de apoio nos anos seguintes, tenham basicamente que renovar os documentos que possam ficar desatualizados de ano para ano.

Prevemos também normas específicas para a atribuição de apoios à atividade editorial, ou seja, para a oferta literária, fonográfica e videográfica do concelho, estabelecendo o valor que tem sido concedido pela Câmara Municipal para estas situações e prevendo também expressamente no regulamento as contrapartidas da parte de quem é apoiado, não só à publicitação do apoio por parte da Câmara, mas também à entrega de exemplares ao município e afins.

Estipula-se agora que todos os apoios financeiros obrigam à celebração de um contrato programa seja qual for o seu montante. Prevê-se também que todos os apoios financeiros com valor inferior a cinco mil euros sejam pagos numa única tranche; acima desse valor e dependendo do período de execução dos projetos, os pagamentos serão feitos em duas ou três vezes, ficando sempre dependentes da apresentação de relatórios intercalares no prazo definido no regulamento. A não entrega desses relatórios nos prazos previstos implica a automática caducidade da parte ainda não paga pelos apoios de modo a libertar recursos para entidades que demonstrem maior capacidade de execução. Isto vem responder a um problema que é o adiamento de execução dos projetos, o que tem acontecido com alguma regularidade.

A não execução por parte de algumas entidades durante o ano civil imediatamente posterior à atribuição do apoio nesse ano orçamental implica a transição desse compromisso para o ano

seguinte a nível orçamental e por essa via reduz o montante disponível a atribuir a outras entidades que têm essa capacidade de execução no prazo previsto.

Após uma redação que acertámos com os membros da bancada do CDS-PP, prevê-se ainda que os pedidos de apoio apresentados por qualquer entidade para obras ou equipamentos com o mesmo objeto de apoio anteriormente concedido pelo município que visam beneficiar os mesmos edifícios ou a mesma entidade, não sejam elegíveis nos três anos civis imediatamente posteriores àquele que verificou o último pagamento do projeto anterior. Pretende-se assim impedir a atribuição de um apoio à mesma obra durante os três anos civis seguintes mesmo que seja solicitado por uma entidade diferente, visto que se trata de investimentos patrimoniais que terão obviamente uma longevidade a eles associada.

Sra. d. m. Brites Cunha – Muito boa tarde senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. Senhor vereador, surgiram-me algumas dúvidas após a leitura deste documento e devo dizer que não me parece infeliz a redação do n.º 4 do artigo 2.º que referiu no final da sua intervenção.

Gostaria de clarificar que não há nenhuma dúvida de que as pressões, objeto do projeto e entidade requerente são coisas manifestamente diferentes, sendo que está aqui em causa evitar um apoio reiterado anual para o mesmo fim, podendo a mesma entidade requerer para fins diferentes. É que o senhor contradisse-se um bocadinho quando referiu que os apoios nos três anos seguintes não deveriam beneficiar a mesma entidade. Penso que o problema é saber que entidade é essa e quem pode pedir o que quer que seja, se tem que ser uma pessoa jurídica e para isso tem que estar constituída, ou se pode ser a título particular em representação de alguma coletividade. Parece-me que isso é fundamental por uma questão de apurar responsabilidades *a posteriori* no caso da não execução da verba atribuída num ano.

Imaginemos que uma comissão de festas representada pelo seu mordomo requer um apoio e não o executa. No ano seguinte essa pessoa já lá não está, vem alguém bem-intencionado com vontade de fazer aquilo que é preciso e volta a requerer um apoio, algo que não pode acontecer porque ficaria vedado no âmbito do pedido do ano anterior. É importante que fique bem claro quem pode e quem não pode pedir, sendo que apenas se responsabilizará quem não o cumpriu e ninguém venha a ser prejudicado colateralmente. Não estou a falar com preocupação em relação ao Império de S. Carlos, porque somos uma pessoa jurídica coletiva devidamente criada, mas preocupa-me a situação dos outros.

Sr. vereador Guido Teles – Parece-me que esse assunto fica suficientemente esclarecido através do artigo 1.º em que se tentou clarificar quem pode solicitar apoios, que são entidades e organismos legalmente existentes relativamente a obras ou atividades de interesse público municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra e isso resulta da própria lei. Não podemos atribuir apoios para estas finalidades a pessoas singulares que busquem fins lucrativos; estamos sempre a falar de pessoas coletivas sem fins lucrativos.

Sra. d. m. Brites Cunha – E se for um apoio destinado à publicação de um livro? Pode ser uma pessoa singular?

Sr. vereador Guido Teles – No artigo 1.º, n.º 2 especifica-se que, para os casos expressos de atividades de natureza editorial, podem ser atribuídos apoios a pessoas singulares ou coletivas com fins lucrativos.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Regulamento constante do Ponto 1.3 foi aprovado por unanimidade.

1.4 - Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo (PDM) e estabelecimento de medidas preventivas:

- **Que a Assembleia Municipal, nos termos do artigo 133.º, n.º 2, alínea b) do RJIGTRAA, delibere no sentido de ser encetado o procedimento com vista à suspensão parcial do PDM, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 38/2004/A de 11 de novembro.**
- **Mais deverá deliberar a Assembleia Municipal que seja solicitado parecer prévio ao departamento do Governo Regional competente em matéria de administração local nos termos do artigo 133.º, n.º 5 do RJIGTRAA.**

Sr. presidente da Câmara – Este ponto já veio à Assembleia Municipal, foi aprovado e julgávamos que estava tudo certo, mas houve uma inversão das coisas porque deveríamos ter pedido parecer prévio. A questão foi suscitada pela DROAP e está apenas a passar de novo por aqui para retificação para que fique tudo correto. Não há nada de novo e continuamos a falar na Sociedade Filarmónica das Doze Ribeiras e de um edifício ao lado da Ermida da Ajuda em Santa Bárbara. Peço desculpa pelo lapso que foi meu ao pedir o agendamento para aqui cedo demais porque os particulares interessados estavam com muita pressa e era preciso resolver.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Mais uma vez sublinho que não é a primeira, nem a segunda e talvez, nem a terceira vez que esta suspensão do PDM vem a debate na Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – É a terceira. Duas outras duas vezes, tinha que vir e esta terceira vez é que era desnecessária.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Já somos nós que estamos a ficar um bocadinho mal e faço a mesma pergunta: o que pretende fazer na próxima revisão ordinária do Plano Diretor Municipal de modo a evitar-se estas suspensões, que acontecem sempre que o interesse público assim o exige, enquanto um particular qualquer que queira fazer uma obra não o consegue ver levantado para satisfazer as suas intenções por melhor que sejam? Isto de andarmos aqui a suspender o PDM a pedido faz-me alguma confusão e não pode haver dois pesos e duas medidas, uma para o interesse público, outra para o interesse particular.

Sr. presidente da Câmara – Senhor deputado, num destes casos trata-se de um interesse particular. A lei prevê o mecanismo para o público e para o particular mas tem que haver um interesse público subjacente e é o que se verifica neste caso.

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal está a prosseguir, embora mais lentamente do que eu gostaria, mas a verdade é que o assunto é complexo e tem sido verdadeiramente moroso, em boa parte por razões que não podem ser imputadas à Câmara. Esperemos que nos próximos meses o documento venha a esta Assembleia na sua versão final; é esse o meu desejo mas não vos posso dar garantias porque está ligeiramente empenhado, um pouco como o palco da Praça Velha.

Não havendo mais intervenções e posta à votação, a proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.

1.5 - Classificação como tradicional, a tourada à corda das festas do Império da Rua de Baixo de São Pedro. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 45.º, n.º 1 do Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A de 5 de agosto na versão atual dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2018/A de 11 de maio.

Sr. presidente da Câmara – Informo que, da parte da Câmara houve total concordância e remeto a questão para a senhora presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro.

Sra. d. m. Maria de Fátima Fernandes Ferreira – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, Exmo. senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, Exmas. senhoras e senhores deputados municipais.

A junta de freguesia de S. Pedro propôs à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que a tourada à corda promovida pela comissão de festas da Irmandade do Divino Espírito Santo do Império da Rua de Baixo de S. Pedro, que se realiza há mais de quinze anos, seja considerada tourada tradicional, o que mereceu a deliberação de Sua Excelência o senhor presidente da Câmara em apresentar a referida proposta a esta Assembleia.

A presente tourada, inserida nas festividades religiosas do Império da Rua de Baixo de S. Pedro, realiza-se há mais de quinze anos, havendo todos os anos uma comissão de festas que organiza uma coroação e diversas atividades tradicionais religiosas e profanas dedicadas ao Divino Espírito Santo incluindo a cantoria e o bodo de leite, proporcionando uma vivência única no seio da comunidade feita pelo povo e participada por ele.

Solicitamos a esta Assembleia que conceda a aprovação da referida proposta porque esta seria uma mais-valia importante para a freguesia em geral e para a referida localidade em particular, além de valorizar sobremaneira uma manifestação cultural que está enraizada no âmago do nosso povo. Certos da vossa amabilidade e compreensão, obrigada.

Sra. d. m. Brites Cunha – Vamos com certeza votar a favor porque a posição do CDS-PP visa sempre apoiar as tradições, sobretudo quando nos são tão caras. Cá estaremos sempre que seja para dar apoio à festa brava mas peço à Câmara que nos informe do número de touradas à corda que existem nestas condições e reúnam os requisitos para serem consideradas tradicionais.

Sr. presidente da Câmara – Que eu saiba, é apenas esta mas a questão deve colocar-se aos senhores presidentes de junta de freguesia que conhecem melhor as suas freguesias e sabem das suas tradições. Não tenho conhecimento de outras nem tinha a respeito desta tourada e foi a junta de freguesia que suscitou a questão. Quando fazemos o licenciamento não estamos propriamente a olhar quantas vezes o evento se realizou nos últimos quinze anos. Se algum senhor presidente de junta tiver na sua freguesia uma tourada que se realize há mais de quinze anos e haja interesse a passá-la a tradicional, sabe que a única coisa que tem que fazer é submeter aqui o assunto que é uma competência desta Assembleia.

Sra. d. m. Maria de Fátima Fernandes Ferreira – Gostaria de esclarecer que todos os impérios da freguesia de S. Pedro têm touradas e todas são tradicionais, menos esta. O nosso regulamento diz que todas as touradas realizadas há mais de quinze anos devem ser consideradas tradicionais e achei estranho esta não o ser, por isso fiz logo o pedido porque é mais uma benesse para as comissões que cada vez são mais difíceis de criar para defender as nossas festas.

Quando a ilha Terceira é apelidada de parque de diversões, esquece-se o trabalho que dá qualquer diversão. Ainda ontem se podia ver o trabalho que a comissão de festas de S. Carlos tem tido ao longo destes dias. Qualquer festa da ilha Terceira dá muito trabalho, envolve muita gente e merece respeito. Esta tourada à corda realiza-se há mais de quinze anos e ninguém se tinha preocupado em torná-la tradicional, advindo daí alguns benefícios.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – A questão aqui colocada pela bancada do CDS-PP é pertinente porque, sempre que possível, devemos fazer um conjunto de deliberações o mais abrangentes possível e não caso a caso, por isso questiono o senhor presidente da Câmara se a classificação das touradas à corda como sendo tradicionais, não deveria ser automática cumprindo a lei ao realizarem-se de forma consecutiva, ou se tem que ser feito o pedido uma a uma. Não se legisla a pedido e caso a caso e as leis devem ser abrangentes...

Sr. presidente da Câmara – O senhor deputado já legislou... no outro lado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Provavelmente no outro lado mas não terá sido em mandato em que eu estivesse presente... Já foi neste? Então, minha culpa, minha tão grande culpa.

Em vez de fazermos esta aprovação única, penso que não seria má ideia lançar o desafio aos restantes presidentes de junta de freguesia para fazerem um levantamento dos eventos taurinos que se realizam nas respetivas áreas geográficas e assim possamos, pelo menos uma vez por ano em sede de Assembleia Municipal, passar a tradicionais as touradas à corda que o merecerem e o cancelamento das outras que deixarem de se realizar.

Sr. presidente da Câmara – O senhor deputado tem toda a razão mas o mecanismo legal que está estabelecido por decreto legislativo regional é este, ou seja, as assembleias municipais deliberam perante situações concretas porque a deliberação genérica foi feita pelo parlamento regional e a lei abstrata está já em vigor com uma lista anexa a esse decreto. Na última alteração que foi feita do regulamento das touradas foi criada uma prerrogativa do Governo Regional que o fazia por resolução e passou para as assembleias municipais. Fica aqui o desafio que o senhor deputado muito bem fez. Se os senhores presidentes de junta tiverem conhecimento de algum caso, pois suscitem-no e cá estaremos para fazer o que temos que fazer.

Findas as intervenções e após votação, o documento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.

1.6 - Minuta de contrato interadministrativo para delegação de competência a celebrar com as juntas de freguesia do município tendo em visa a cedência de barreiras de segurança para o ordenamento do trânsito nas vias públicas aquando da realização de eventos relacionados com festividades locais de índole profana ou religiosa, eventos desportivos, culturais e de lazer. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea k), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Na sequência de um infeliz acidente que aconteceu este ano, resolveu-se revisitar as condições de segurança em que se fazem algumas atividades de estrada. Pela experiência que se adquiriu nos últimos meses, chegou-se à conclusão que era muito mais eficaz distribuir-se as barreiras pelas juntas de freguesia que as manterão como fiéis depositárias com o compromisso de as emprestar à Câmara sempre que necessário e às juntas de freguesia vizinhas quando as suas forem insuficientes. Vamos distribuir as barreiras por todas as freguesias, cada freguesia fará a gestão das suas, emprestando a quem mais precisar nas circunstâncias em que tal se mostre necessário.

A minuta de contrato constante do Ponto 1.6 foi aprovada por unanimidade.

1.7 - Listagem de assunção de compromissos plurianuais da Câmara Municipal relativos a 2019. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Sr. presidente da Câmara – Este Ponto 1.7 da Câmara Municipal e o Ponto 1.10 dos Serviços Municipalizados têm a mesma configuração e, se o senhor presidente o permitir, trataremos os dois em conjunto.

Manda a lei que se comunique à Assembleia Municipal os casos em que haja compromissos que não possam ser satisfeitos no ano em que forem assumidos, ou seja, despesas comprometidas mas que apenas serão pagas depois do dia 31 de dezembro próximo. Uma das listagens refere-se aos Serviços Municipalizados, a outra aos serviços diretamente dependentes da Câmara Municipal. Como não tenho a certeza se é necessária votação, mais vale por excesso de que por defeito. Uma diz «votado», a outra não diz mas a lei aplica-se aos dois lados, por isso proponho ao senhor presidente da Mesa que votemos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Também defendo que se vote para que o assunto fique já resolvido e desejo que os compromissos plurianuais sejam, de facto, cumpridos para que não se ande de compromisso em compromisso de ano para ano e não seja um «pluri» muito grande daqueles que levam dez anos a discutir mandato após mandato.

O documento constante do Ponto 1.7 foi aprovado por maioria com 27 votos a favor (21 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.8 - Voto de Pesar pelo falecimento de André Bradford. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Fui colega do André Bradford na Assembleia Legislativa Regional e tive a oportunidade de privar com ele a nível político e pessoal. Não poderia ter as mais profundas divergências políticas com o André, algumas resultando em debates bastante acesos, mas com o tempo e o convívio, separando as águas das posições políticas e do que somos como pessoas quando convivemos uns com os outros, pude conhecer um homem extremamente inteligente, muito dedicado à sua família e às causas em que acreditava.

O André era um homem bom, dotado de uma inteligência ímpar, de um sentido de humor muito, muito acutilante e mesmo provocador, e com quem era muito agradável viver. Partiu prematuramente, deixa quatro filhos, a política açoriana mais pobre e deixa também os Açores órfãos daquilo que seria a sua única representação no parlamento europeu, cargo para o qual tinha acabado de ser eleito. É com profundo pesar que, em meu nome e do PSD, nos associamos a este voto, deixando à família e ao Partido Socialista as mais sentidas condolências.

Sra. d. m. Fátima Fernandes Ferreira – É sempre difícil falar de um colega que partiu. O André era uma pessoa de valores que sabia ter um trato carinhoso e correto em todos os momentos com as pessoas do partido e não só. Acompanhei o André desde que o conheci há quase três anos, a sua perda foi valiosa e deixou-nos em muito maus lençóis, mas vamos ter sempre aquela sua imagem de trabalho e de união, representando e defendendo os objetivos dos Açores sempre da melhor forma. Associo-me a este voto porque senti muito a sua partida, sabendo que isso acontecerá a todos nós. O André Bradford partiu muito jovem e faz muita falta aos Açores.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Também nos associamos a este voto de pesar, infelizmente porque alguém partiu e porque o voto é inteiramente merecido. É com toda a pena que fazemos esta singela homenagem a um homem que partiu.

Terminadas as intervenções e posto à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento de André Bradford foi aprovado por unanimidade.

1.9 - Voto de Pesar à cidade irmã de Gilroy pela tragédia ocorrida em julho do corrente ano aquando do “Festival de Alho de Gilroy”. Para aprovação do órgão deliberativo.

O Voto de Pesar à cidade irmã de Gilroy foi aprovado por unanimidade.

1.10 - Comunicação de assunção de compromisso plurianual dos Serviços Municipalizados para “serviços de aluguer de máquinas e viaturas com condutor ao longo do triénio 2019-2021”. Para aprovação do órgão deliberativo.

O documento constante do Ponto 1.10 foi aprovado por maioria com 27 votos a favor (21 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.11 - Relatório de Gestão e Contas do primeiro trimestre de 2019 da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Este relatório chega manifestamente tarde devido também às calendarizações desta Assembleia e já temos o segundo trimestre aprovado. O que vos posso dizer é que a tendência do relatório do primeiro trimestre se mantém e se não nos acontecer nenhum azar daqui até ao fim do ano, teremos um bom ano técnico e financeiro na TERAMB. As vendas de eletricidade provavelmente baterão um record este ano e as coisas correram manifestamente bem como o demonstra o relatório que foi distribuído. A tendência do segundo trimestre mantém a mesma trajetória e até agora tudo indicia um excelente ano de produção.

Sr. d. m. Délio Borges – Faço um reparo e deixo uma sugestão de melhoria relativamente à apresentação dos resultados nos documentos. No sumário executivo quando se apresentam os resultados do primeiro trimestre, compara-se depois com os resultados anuais de 2018 e de 2017 quando se deveria fazer a comparação com os períodos respetivamente homólogos, ou seja, o primeiro trimestre de 2018 deveria ser comparado com o primeiro trimestre de 2017. Refiro-me, por exemplo, aos valores da reciclagem multimaterial, à mineração, etc. Os valores deveriam ser apresentados de forma homóloga para podermos comparar e analisar o desenvolvimento dos indicadores. Peço a especial atenção de quem elabora este relatório porque é muito importante para nós quando analisamos o seu sumário executivo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Pergunto ao senhor presidente da Câmara qual o atual ponto da situação da nossa instalação de tratamento de resíduos face ao contexto de resíduos atual, ou seja, o que está a vir do exterior, e se nos estamos efetivamente a preparar para a possibilidade de termos que receber os resíduos da ilha de S. Miguel porque, pelo menos em tempo útil, não me parece que haja tratamento de resíduos de outra forma naquela que é a ilha que mais produz em toda a região e suponho que o aterro sanitário da ilha do Pico esgotar-se-á num espaço de dois ou três anos.

Gostaria de saber como estamos em termos de capacidade de tratamento de resíduos e de crescimento de produção, sabendo que não podemos receber os provenientes de S. Miguel enquanto não houver instalação de um tratamento mecânico e biológico naquela ilha e talvez outro aqui. Tendo em conta estes bons resultados e a ausência de algumas daquelas avarias que fustigaram a incineradora no seu arranque, peço-lhe um ponto da situação para o futuro porque aquela unidade foi criada para vinte ou trinta anos de utilização. Gostaria ainda que nos informasse a respeito das medidas que estão a ser preparadas para o novo contexto, nomeadamente na receção de resíduos do grupo central.

Sr. presidente da Câmara – Estamos a receber os resíduos provenientes da Terceira e de mais seis ilhas; só não recebemos do Pico e de S. Miguel e a quantidade é manifestamente mais baixa do que o projeto, ou seja, cerca de 40% do que era a estimativa há uns anos. As produções são pequenas porque o esforço de reciclagem e separação dos concessionários nessas ilhas é grande.

A nossa instalação está preparada para receber mais cerca de 30% do que recebe nesta altura sem a necessidade de qualquer investimento. Não podemos parar a mineração mas podemos reduzi-la se for necessário porque há elasticidade na nossa instalação para receber mais resíduos. Não estamos a morrer por não os recebermos mas é óbvio que ficaria mais feliz se os recebêssemos porque melhoráramos os nossos resultados, gerar-se-ia mais algum emprego e entraria mais dinheiro nesta ilha, o que seria bom para todos. A nossa gestão mostra que não estamos a mendigar resíduos de ninguém e se não os quiserem enviar, felizes na mesma.

Desconheço o que vai acontecer em S. Miguel. Os senhores ouviram as decisões judiciais em torno da matéria e todos percebemos o que se passa, que já não se passa para este quadro comunitário. Estamos preparados e sabemos quais as soluções técnicas necessárias para

aumentarmos a capacidade de receção que passa por retirarmos também à cabeça alguns resíduos nossos para criar espaço para outros. Estamos preparados para o que der e vier mas não morreremos se não vier porque não estamos dependentes de decisões de terceiros.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Isto para mim é o exemplo de uma boa medida transversal e de colaboração inter-ilhas, tirando-se proveito das potencialidades de cada uma e dos equipamentos instalados sem a necessidade de os duplicar. Tudo isto apresenta um conjunto de vantagens, obriga a melhorias na logística e nos transportes, um assunto já aqui falado hoje de manhã e repetido incessantemente nesta Assembleia. Oxalá que as coisas sigam esse bom caminho que é benéfico para a ilha de S. Miguel e também para a Terceira e um excelente exemplo de colaboração regional com medidas concretas e vantagens para todas as partes.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Contas da TERAMB constante do Ponto 1.11.

1.12 - Declaração de correção material ao Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo nos termos do n.º 3 do artigo 129.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A de 12 de agosto. Para emissão de parecer prévio do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma mera comunicação que não carece de qualquer votação. Acontece que a zona onde está instalado o parque industrial é simultaneamente zona de infiltração máxima devido a um erro de elaboração do PDM de 2004. Até agora nunca ninguém tinha levantado este problema e sempre se tinha achado que havia um óbvio erro, até que um técnico num lugar qualquer achou que não era assim. A lei prevê que se faça a correção material quando há erros destes, ou seja, incompatibilidade entre duas zonas, e está-se a corrigir um documento de 2004. O parque industrial já existe desde há muitos anos e nada muda, apenas se está a dizer que aquilo não pode ser uma zona de infiltração máxima.

Sr. vereador Guido Teles – Sendo uma comunicação prévia, seria preferível que se submetesse a aprovação, a emissão de um parecer positivo por parte da Assembleia para que exista uma pronúncia efetiva.

A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável.

2. DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 - Eleição de um presidente de Junta de Freguesia e seu substituto a fim de participar no “XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses”.

Foram eleitos por maioria em escrutínio secreto:

- **Efetivo:** Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, **Hélio Vieira.**
- **Suplente:** Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã, **Rómulo Correia.**

3. DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

3.1 - Voto de Louvor ao Cónego João de Brito do Carmo Meneses pela comemoração dos 50 anos ao serviço da comunidade. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Na reunião da conferência de líderes falou-se na possibilidade de o voto de louvor passar a medalha de mérito filantrópico, no entanto o senhor padre cónego João de Brito terá já sido condecorado com essa medalha e com a medalha de mérito cultural aqui em Assembleia Municipal em 2002. Mantemos o voto de louvor porque queríamos alargar as comemorações e a homenagem que foi feita pelas juntas de freguesia de Santa

Bárbara e das Doze Ribeiras onde ele foi pároco, alargando também às Cinco Ribeiras e a S. Pedro onde fez um excelente trabalho como interventor social com mudanças significativas no tecido cultural, social e socioeconómico dessas freguesias. É com muito gosto que nos juntamos a esta homenagem.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O PSD também se associa à atribuição desta medalha porque a vida e a obra do padre João de Brito falam por si e é mais do que altura de ele receber esta homenagem. A mesma já foi feita este ano na atribuição das insígnias honoríficas da região autónoma dos Açores, por isso é mais do que justo que o seu município o possa também homenagear na verdadeira dimensão da vida e obra com que ele nos tem homenageado todos os dias.

O Voto de Louvor ao Cónego João Meneses foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto.

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h00m do dia 27 de setembro de 2019, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos